



20

18

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. Introdução	3
2. Mensagem da Diretoria.....	4
ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE.....	5
3. Assuntos de Relevância	5
4. Governança Corporativa.....	6
5. Comunicação e Relacionamento	7
6. Plano de Saúde Viva+	8
INFORMAÇÕES GERAIS	9
7. Número de Participantes e Assistidos	9
8. Receitas e Despesas Previdenciais	9
9. Despesas Administrativas.....	10
INVESTIMENTOS	12
10. Gestão dos Investimentos	12
11. Patrimônio Líquido e Demonstração Patrimonial e de Resultados	18
12. Política de Investimentos	21
ASSISTENCIAL.....	24
13. Planos de Saúde.....	24
RESULTADOS.....	26
14. Demonstrações Contábeis.....	26
15. Notas Explicativas.....	35
PARECERES	54
16. Parecer Atuarial do Plano de Benefício Definido	54
17. Parecer Atuarial do Plano de Benefícios II	61
18 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	65
19. Parecer do Conselho Fiscal.....	69
20. Parecer do Conselho Deliberativo.....	70

Introdução



1. Introdução

**FAECES: sempre com você nos momentos
mais importantes da sua vida em família**

Este Relatório Anual apresenta as informações gerenciais de previdência e de investimentos da FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan durante o exercício de 2018. Sua leitura é essencial para melhorar o entendimento sobre a Entidade e a gestão dos seus planos.

O documento está dividido em 7 capítulos, que trazem (em suma):

- Mensagem da Diretoria Executiva sobre os principais desafios e conquistas em 2018, além de perspectivas para 2019;
- Um retrospecto dos principais acontecimentos na FAECES ao longo do exercício;
- Um panorama da população de participantes, além das receitas e despesas administrativas;
- Detalhes sobre os investimentos realizados e de todo o patrimônio gerido no ano;
- Dados sobre a gestão dos Planos de Saúde;
- Demonstrações contábeis; e
- Pareceres atuariais dos Planos de Benefícios administrados.

Portanto, os dados aqui exibidos demonstram, com transparência, como a Fundação atua para garantir a segurança do patrimônio dos participantes, de forma a permitir que cada um deles aproveite os momentos mais importantes da sua vida em família com tranquilidade.

É importante lembrar que, com a criação da Instrução Previc nº 13, de 12 de novembro de 2014, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar foram desobrigadas do envio deste documento impresso aos seus participantes, devendo remetê-lo somente para aqueles que o solicitarem. Caso deseje, entre em contato com a FAECES e peça a sua cópia física.

Boa leitura!

2. Mensagem da Diretoria

Prezado(a) participante,

O sistema de fundos de pensão representa hoje 13% do PIB brasileiro e, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Abrapp, congrega mais de R\$ 900 bilhões em ativos financeiros. E a FAECES contribui com uma parcela na credibilidade desse segmento, que tem registrado uma rentabilidade média acima dos índices comparativos do mercado, como o CDI, a Poupança e a Taxa de Juros, mesmo diante de cenários desafiadores, como o que todos enfrentamos em 2018.

A saber, na esfera interna, foi preciso enfrentar a instabilidade política, causada naturalmente pelo período eleitoral, que polarizou o país de uma forma nunca antes vivenciada. No ambiente externo, houve a necessidade de se precaver diante da possibilidade de uma guerra comercial entre China e Estados Unidos, que deixou os mercados em alerta. Todavia, com uma estratégia visando o longo prazo e adotando medidas acertadas, conseguimos rentabilidades acima das metas atuariais estabelecidas, resultando em um superavit no Plano de Benefício Definido – que contribuiu para a redução do deficit acumulado em 2017 – e no equilíbrio atuarial no Plano de Benefícios II.

Além dos bons frutos na área previdencial, também celebramos conquistas em nosso segmento assistencial. Comemoramos o primeiro aniversário do Plano de Saúde Viva+ alcançando, até o final de 2018, cerca de 4.100 beneficiários cadastrados, com a maioria deles já tendo utilizado o Plano para a realização de exames, consultas e outros procedimentos médicos. A ampliação do rol de cobertura e da rede credenciada – inclusive no interior do Estado –demonstraram, ainda, que nossos esforços para aprimorar a administração de um plano voltado à prestação de serviços de saúde, que envolveram a implantação de novos controles e a capacitação da equipe, obtiveram êxito.

Daqui pra frente, a perspectiva é manter o compromisso de aperfeiçoar a operação do Viva+, bem como nossa gestão e governança como um todo, para garantir a excelência na qualidade dos serviços prestados e a segurança do seu patrimônio para a aposentadoria. Estamos perto de comemorar 25 anos (em 2020) e esperamos permanecer sempre ao seu lado nos momentos mais importantes da sua vida em família.

Luiz Carlos Cotta
Ana Cristina Munhós de Souza
Andre Barbosa Barreto Duarte

Acontecimentos em Destaque



3. Assuntos de Relevância

- **FIM DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO PLANO BD**

Em fevereiro de 2018, encerrou-se o pagamento de contribuição extraordinária dos participantes, assistidos e patrocinadores do Plano de Benefício Definido, a fim de equacionar o deficit acumulado no período de 2008 a 2010. Desde março de 2012 a FAECES vinha realizando a cobrança.

- **ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS II**

A proposta de alteração do Regulamento do Plano de Benefícios II, divulgada aos participantes e assistidos em 2017, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC através da Portaria nº 384, de 04/05/2018, publicada no Diário Oficial da União em 10/05/2018.

A aprovação foi divulgada aos participantes e assistidos e o novo Regulamento do Plano de Benefícios II foi disponibilizado no site da Fundação.

- **EQUILÍBRIO ATUARIAL**

No exercício de 2018, o resultado dos investimentos superou as metas atuariais do Plano de Benefício Definido e do Plano de Benefícios II.

O Plano de Benefício Definido apresentou superavit no ano, reduzindo o deficit acumulado apresentado em 2017. O deficit ao final de 2018 está abaixo do limite de deficit técnico acumulado estabelecido pela legislação, não havendo necessidade de elaboração de plano de equacionamento.

O Plano de Benefícios II está equilibrado atuarialmente, ou seja, não apresenta deficit e nem superavit.

- **CUSTEIO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - 2019**

CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA PERMANECE SEM ALTERAÇÃO

A FAECES manteve a política de redução de custos administrativos e novamente não aumentou a contribuição administrativa a ser paga pelos participantes, assistidos e patrocinadores em 2019. A saber, tal contribuição é destinada a custear as despesas administrativas realizadas pela Fundação na administração dos planos de benefícios.

ALTERAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE BENEFÍCIO DE RISCO

A Reavaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2018 apontou a redução do percentual da contribuição para o custeio de benefícios de risco do Plano de Benefícios II, a partir de março de 2019, de 0,32% para 0,31%.

4. Governança Corporativa

• MUDANÇAS NO CONSELHO FISCAL

Renato de Souza Zanon, membro suplente do Conselho Fiscal eleito pelos participantes e assistidos para o mandato com início em 16/03/2017 e término em 15/03/2021, renunciou ao mandato, apresentando as devidas justificativas.

• CERTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE DIRIGENTES E CONSELHEIROS

Nos termos da legislação vigente, a FAECES observa as exigências para certificação e habilitação de dirigentes e conselheiros, sendo que ao final de 2018 todos os diretores e membros efetivos e suplentes do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal estavam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica.

Quanto à Habilitação, em 31/12/2018 toda a Diretoria Executiva da FAECES estava habilitada pela PREVIC – conforme orienta a Instrução nº 6, de 29 de maio de 2017, que definiu que o exercício do cargo de membro da Diretoria Executiva depende de emissão de Atestado de Habilitação de Dirigente por aquela Superintendência.

Já o Atestado de Habilitação de conselheiros somente é exigido para as Entidades Sistemáticamente Importantes (que não é o caso da FAECES). De qualquer forma, os Conselheiros atenderam a todos os requisitos exigidos pela PREVIC para habilitação, na data da posse, cuja documentação comprobatória está devidamente arquivada na Fundação.

• QUALIFICAÇÃO DE DIRIGENTES, CONSELHEIROS E EMPREGADOS

Em 2018, empregados, diretores e conselheiros da FAECES participaram de diversos eventos que contribuíram para a capacitação e ampliação dos conhecimentos do segmento de previdência complementar e de saúde suplementar, agregando mais experiência na gestão da Entidade.

O conhecimento técnico é imprescindível para que se possa avaliar, controlar e mitigar os riscos aos quais as entidades e planos de benefícios estão expostos. Por isso, a Fundação continua a investir na qualificação dos seus dirigentes, conselheiros e empregados de forma a se buscar a competência técnica e gerencial desejada.

• REVISÃO DE NORMAS INTERNAS

A Diretoria Executiva aprovou duas Políticas em 2018: a Política de Tecnologia da Informação, que estabelece um conjunto de regras necessárias para disciplinar a utilização de serviços e recursos de tecnologia da informação pelos usuários da FAECES; e a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, que define as diretrizes para uma gestão de riscos suficiente para propiciar à

Fundação a capacidade de cumprir com a sua missão e com seus objetivos estratégicos, através do estabelecimento de controles internos que minimizem os riscos identificados.

Já o Modelo Proprietário de Risco, cuja alteração foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, tem como objetivo definir as práticas de gestão de risco de investimentos adotadas pela Fundação em observação à legislação. A alteração incluiu a descrição das atribuições dos responsáveis pela gestão e decisões de investimentos e os procedimentos realizados pela FAECES na avaliação, seleção e monitoramento dos Investimentos.

Por fim, o Manual de Governança, aprovado pelo Conselho Deliberativo, objetiva a consolidação dos principais preceitos e normativos voltados às melhores práticas de governança – que, além de atenderem às exigências legais e regulamentares, devem ser adotados com o objetivo de melhoria contínua da gestão da Entidade.

- **SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PELA CESAN**

Em 2018, o Patrocinador CESAN realizou auditoria na FAECES, em atendimento ao estabelecido na Lei Complementar nº108/2001. O resultado da auditoria foi submetido à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo no mês de janeiro/2019, sendo que a opinião emitida decorrente dos fatos levantados durante o exame está classificada como “Satisfatória”, que é quando o sistema de controle é considerado adequado e eficaz, e não há recomendações e nem mesmo pontos a serem melhorados.

5. Relacionamento e Comunicação

- **EVENTOS REALIZADOS PELA FAECES**

A FAECES realizou, ao longo de 2018, palestras de Educação Financeira e Previdenciária para os empregados e aposentados da CESAN.

Em maio, o tema central da palestra foi “Planejamento Financeiro e Você” e fez parte da Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), com o apoio da Associação Brasileira dos Planejadores Financeiros - Planejar. Em novembro, a palestra “Desafios comportamentais, econômicos e sociais da longevidade” foi promovida em parceria com outras duas fundações do Estado, a Baneses e a Preves, e contou com a participação do presidente do Instituto de Longevidade da Mongeral Aegon, Nilton Molina.

Ao longo do ano, a FAECES também realizou palestras sobre os Planos de Benefícios e sobre o Plano de Saúde Viva+, além de participar de evento realizado pelo Patrocinador CESAN voltado para os participantes do Programa Pensando e Planejando o Amanha (PPA).

- **BOLETINS E COMUNICADOS**

A Fundação manteve a regularidade na divulgação de boletins informativos com o objetivo de demonstrar transparência e aprimorar a divulgação de informações importantes aos participantes e assistidos dos Planos de Benefícios e aos beneficiários do Plano de Saúde Viva+, com o apoio do patrocinador CESAN e através do site da FAECES.

6. Plano de Saúde Viva+

- **AMPLIAÇÃO DA REDE CREDENCIADA**

Em agosto de 2018, o Viva+ completou 1 ano garantindo assistência à saúde aos seus beneficiários. Além das coberturas previstas no Rol de Procedimentos da ANS, o Viva+ passou a oferecer internação e assistência domiciliares e clínicas de desospitalização.

Para dar cada vez mais segurança e qualidade no atendimento aos associados do Viva+, a FAECES credenciou vários prestadores de serviços durante o ano de 2018, das mais diversas especialidades e em diferentes cidades. A rede credenciada completa está disponível para consultas no site da Fundação.

- **REAJUSTE**

O Plano de Saúde Viva+ foi reajustado em 26,86% a partir do dia 1 de agosto de 2018 (com descontos efetuados a partir do pagamento de julho/2018). O valor de referência para coparticipação também foi atualizado no mesmo percentual. O cálculo do reajuste necessário para o Plano foi realizado por estudo atuarial, que levou em conta:

- O grande volume de utilização de procedimentos e serviços do plano de saúde no período de setembro de 2017 a maio de 2018, por empregados, dependentes e agregados;
- IPCA saúde acumulado de 12 meses utilizado no estudo, de 5,72%;
- Reajuste de contratados e conveniados prestadores de serviços;
- Processos judiciais, inclusive com pedidos de danos morais e outros;
- Novo ROL de procedimentos da ANS.

Informações Gerais

7. Número de Participantes e Assistidos

A FAECES encerrou o exercício com 1.039 Participantes e 957 Assistidos. A distribuição conforme a situação nos Planos, comparada ao exercício anterior, pode ser verificada nos quadros abaixo.

PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO			PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIOS II		
	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Participantes	370	403	Participantes	669	635
Ativos	370	402	Ativos	657	622
Autopatrocinados	-	1	Autopatrocinados	12	13
Assistidos	956	938	Assistidos	1	1
Aposentadoria	749	746	Aposentadoria	1	1
Pensão por Morte	207	192			
TOTAL	1.326	1.341	TOTAL	670	636

Com a implantação do Plano de Benefícios II em 2005, o Plano de Benefício Definido (BD) foi fechado para novas adesões. Portanto, a tendência do BD é a redução gradativa do número de participantes e aumento do número de assistidos, considerando que muitos deles já se encontram elegíveis à aposentadoria. O Plano de Benefícios II permanece aberto às adesões de novos participantes.

8. Receitas e Despesas Previdenciais

• PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

O Plano de Benefício Definido obteve, no final do exercício de 2018, R\$ 14.386.470,21 de receitas previdenciais e R\$ 25.124.221,81 de despesas previdenciais, conforme informações apresentadas a seguir.

Valores em R\$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Contribuições Normais e Extraordinárias		Contribuição Serviço Passado	Autopatrocinados	Outras	TOTAL
	Patrocinadores	Participantes e Assistidos	Patrocinadores			
2017	2.335.004	4.888.113	7.282.283	1.758.519	7	16.263.926
2018	1.875.681	3.906.798	7.065.143	1.538.846	2	14.386.470

Na coluna "Autopatrocinados", além daqueles que tiveram rescisão contratual e optaram pelo autopatrocínio, estão incluídos os empregados que pagam a sua contribuição e a do Patrocinador. Na coluna "Outras", constam os valores correspondentes a encargos sobre contribuições dos participantes.

Valores em R\$

DESPESAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Aposentadoria	Pensão	Pecúlio	Resgate	Outras	Total
2017	21.537.447	2.048.481	115.628	293.061	34.385	24.029.002
2018	22.862.565	2.155.114	76.678	13.074	16.791	25.124.221

Na coluna "Outras", constam os valores correspondentes à devolução de contribuição recebida a maior e desconto de empréstimo na Reserva de Poupança.

• PLANO DE BENEFÍCIOS II

O Plano de Benefícios II obteve, no final do exercício de 2018, R\$ 5.428.701,17 de receitas previdenciais e R\$ 100.063,13 de despesas previdenciais. Este Plano possui receitas previdenciais muito superiores às despesas porque é um plano relativamente novo e possui apenas 1 (um) assistido.

Valores em R\$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Contribuições Normais		Autopatrocinados	Portabilidade	Outras	TOTAL
	Patrocinadores	Participantes				
2017	2.424.890	2.560.021	19.288	0	70	5.004.268
2018	2.627.288	2.764.118	27.728	9.487	80	5.428.701

Na coluna "Outras", constam os valores correspondentes a encargos sobre contribuições dos participantes.

Valores em R\$

DESPESAS PREVIDENCIAIS						
Ano	Aposentadoria	Pensão	Pecúlio	Resgate	Portabilidade	Total
2017	4.104	-	-	192.423	77.269	273.795
2018	4.202	32.347	888	49.205	13.421	100.063

A pensão foi paga em forma de parcela única.

9. Despesas Administrativas

As despesas administrativas dos planos de benefícios são gastos realizados pela Entidade na administração de seus planos, incluídas as despesas administrativas de investimentos. Tais despesas são registradas no Plano de Gestão Administrativa - PGA que é responsável pelos registros das operações administrativas e possui patrimônio próprio segregado do patrimônio dos planos de benefícios.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas definidas no Regulamento do PGA deduzidas das despesas específicas da gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

No quadro a seguir estão representadas as despesas realizadas no ano de 2018, segregadas por plano de benefícios. As despesas referentes a serviços de terceiros englobam serviços prestados por consultoria atuarial, assessoria jurídica, consultoria financeira, informática, auditoria contábil, serviços de divulgação e gráficas, entre outras. As despesas gerais incluem os gastos com despesas bancárias, cartorárias, condomínio, contribuições associativas, locação de imóveis, energia

elétrica, materiais de expediente, entre outras. Já as despesas com tributos referem-se ao pagamento da TAFIC, Pis, Cofins, IPTU e outros.

Valores em R\$

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - GESTÃO PREVIDENCIAL E DE INVESTIMENTOS			
Descrição	Plano de Benefício Definido	Plano de Benefícios II	TOTAL
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.261.178	208.160	3.469.338
GESTÃO PREVIDENCIAL	2.548.110	162.645	2.710.756
PESSOAL E ENCARGOS	1.505.078	96.069	1.601.146
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	52.573	3.356	55.929
VIAGENS E ESTADIAS	22.197	1.417	23.614
SERVIÇOS DE TERCEIROS	661.605	42.230	703.835
DESPESAS GERAIS	105.673	6.745	112.418
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	40.390	2.578	42.968
TRIBUTOS	131.005	8.362	139.367
DESPESAS ESPECÍFICAS	29.589	1.889	31.478
INVESTIMENTOS	713.068	45.515	758.583
PESSOAL E ENCARGOS	413.440	26.390	439.829
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	14.482	924	15.406
VIAGENS E ESTADIAS	6.108	390	6.497
SERVIÇOS DE TERCEIROS	202.823	12.946	215.769
DESPESAS GERAIS	29.440	1.879	31.319
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	11.053	706	11.758
TRIBUTOS	35.724	2.280	38.004

Valores em R\$

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS				
Descrição	Plano de Benefício Definido	Plano de Benefícios II	Plano de Gestão Adm.	TOTAL
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	868.703	65.776	38.656	973.135
DESPESA DIRETAS DE INVESTIMENTOS	155.635	20.261	38.656	214.552
CUSTODIA E CENTRALIZACAO DOS INVESTIMENTOS	101.681	8.827	661	111.169
TAXAS, TARIFAS, CORRETAGENS E EMOLUMENTOS	4.298	-	35.133	39.431
CONSULTORIA P/ANALISE E AVALIACAO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-	-
PROVISAO DE IMPOSTOS S/ APLICACOES FINANCEIRAS	49.656	11.434	2.862	63.952
DESPESA INDIRETAS DE INVESTIMENTOS	713.068	45.515	-	758.583
COBERTURA/REVERS. DE DESP. ADM. DOS INVEST.	713.068	45.515	-	758.583



10. Gestão dos Investimentos

As aplicações financeiras dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, são disciplinadas pela legislação vigente e pela Política de Investimentos de cada plano, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Com o objetivo de assegurar o equilíbrio entre o ativo e o passivo dos planos, os recursos financeiros disponíveis para investimentos são aplicados em produtos financeiros que possam proporcionar a liquidez desejada com o grau de segurança exigido.

A seguir são apresentadas informações sobre os investimentos dos planos administrados pela FAECS.

• CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Apesar de ter uma despesa previdencial elevada devido ao pagamento de benefícios, o Plano de Benefício Definido obteve uma elevação nos recursos aplicados em função do resultado positivo dos investimentos realizados pela FAECS.

O Plano de Benefícios II é um plano novo e paga benefício a um único assistido, que se aposentou por invalidez e também obteve resultado positivo nos investimentos.

A seguir a composição das carteiras dos planos administrados pela FAECS no encerramento dos exercícios de 2018 e 2017.

Valores em R\$		
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		
SEGMENTO	2018	2017
Renda Fixa	211.290.710	201.636.118
Imóveis	595.385	588.287
Renda Variável	38.940.399	37.808.819
Estruturados	61.458.010	49.423.731
Oper. com participantes	3.847.448	3.915.912
Total	316.131.952	293.372.867

Valores em R\$		
PLANO DE BENEFÍCIOS II		
SEGMENTO	2018	2017
Renda Fixa	25.762.560	18.649.421
Renda Variável	3.648.653	3.469.234
Estruturados	5.971.366	5.470.890
Oper. com participantes	933.766	645.530
Total	36.316.346	28.235.075

Valores em R\$

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)		
SEGMENTO	2018	2017
Renda Fixa	2.219.914	2.024.602
Total	2.219.914	2.024.602

• RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO E POR SEGMENTO/MODALIDADE

A rentabilidade obtida nos Planos de Benefícios administrados pela FAECES foi positiva e superou a meta atuarial e diversos índices de inflação tais como INPC, IGPM e IPCA (3,43%, 7,55% e 3,75%, respectivamente).

Plano de Benefício Definido

A rentabilidade líquida obtida no ano de 2018 no Plano de Benefício Definido foi 12,36%, percentual acima da meta atuarial de 9,41% (INPC aplicado com um mês de defasagem mais 5,65% a.a.).

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO				
SEGMENTO/MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	11,09	INPC + 5,65% a.a.	9,27	1,82
Renda Fixa (Referenciado)	12,56	INPC + 5,65% a.a.	9,27	3,29
Estruturados (Multimercado)	5,89	INPC + 8% a.a.	11,70	-5,81
Estruturados (Participações)	25,26	INPC + 8% a.a.	11,70	13,56
Renda Variável	19,36	INPC + 8% a.a.	11,70	7,66
Operações com Participantes	9,90	INPC + 5,65% a.a.	9,27	0,63
Imóveis	13,37	INPC + 5,65% a.a.	9,27	4,10

Plano de Benefícios II

A rentabilidade líquida obtida no ano de 2018 no Plano de Benefícios II foi 10,39%, percentual acima da meta atuarial de 9,41% (INPC aplicado com um mês de defasagem mais 5,65% a.a.).

PLANO DE BENEFÍCIOS II				
SEGMENTO/MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	10,01	INPC + 5,65% a.a.	9,27	0,74
Renda Fixa (Referenciado)	13,10	INPC + 5,65% a.a.	9,27	3,83
Estruturados (Multimercado)	4,05	INPC + 8% a.a.	11,70	-7,65
Estruturados (Participações)	4,93	INPC + 8% a.a.	11,70	-6,77
Renda Variável	18,88	INPC + 8% a.a.	11,70	7,18
Operações com Participantes	9,90	INPC + 5,65% a.a.	9,27	0,63

Plano de Gestão Administrativa(PGA)

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)				
SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)	DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS	
Renda Fixa	5,89	CDI	6,40	-0,51

• DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R\$
TOTAL DOS RECURSOS	316.158.227
Carteira Própria	183.362.164
Depósitos	32.541
Títulos Públicos	166.530.762
Empréstimos/Financiamentos	3.847.448
Carteira Imobiliária	589.200
Valores a Pagar (IOF empréstimo e tarifas) / Receber (aluguel e PutMalbec)	12.362.213
Fundos	132.796.063
Bahia AM Maraú Estruturado FIC FIM	1.594.861
Banestes Institucional Renda Fixa	9.396.019
Bahia AM Maraú FIC FIM	3.098.343
Kinea Chronos FIM	5.438.002
Santander FIC FI IMAB	8.864.680
Bradesco H FIC FIM LP Macro Inst.	4.034.353
Icatu Vanguarda FIC FI INFL. Longa RF	7.044.559
Kinea IPCA ABS FIC FIM	7.242.533
Mauá Macro FIC FIM	4.421.735
Mauá Institucional FIC FIM	2.985.022
Modal Institucional FIM	1.962.635
AZ Quest Mult FIC FIM	5.008.863
Mongeral Aegon FIM	3.074.343
Modal Tactical FIC FIM	3.017.461
BTG Pactual Discovery FIM	3.653.568

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

Bradesco FIA Dividendos	5.948.050
Sul América Expertise FIA	29.762
Sharp Ibovespa Ativo FIA	5.101.050
Bradesco FIA Selection	5.216.542
Moat Capital FIC FIA	6.943.980
Neo Navitas FIC FIA	4.992.013
Constancia Fundamento FIA	5.417.661
AZ Quest Small Mid Caps	5.291.342
FIDC Multisetorial Maximum	154.465
BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP	3.814.350
Copa Florestal III FIP	5.040.852
Malbec FIP	1.497.131
Lacan Florestal FIP	12.511.889

PLANO DE BENEFÍCIOS II	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R\$
TOTAL DOS RECURSOS	36.348.346
Carteira Própria	13.736.749
Depósitos	33.884
Títulos Públicos	11.225.768
Empréstimos/Financiamentos	933.766
Valores a Pagar (IOF empréstimo / Receber (PutMalbec)	1.543.331
Fundos	22.611.597
Bahia AM Maraú Estruturado FIC FIM	363.386
Banestes Institucional Renda Fixa	2.211.334
Bahia AM Maraú FIC FIM	232.376
Kinea Chronos FIM	315.626
Santander FIC FI IMAB	888.899
Bradesco H FIC FIM LP Macro Inst.	1.325.737
Icatu Vanguarda FIC FI INFL. Longa RF	2.900.221
Kinea IPCA ABS FIC FIM	1.633.337

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

Mauá Macro FIC FIM	406.580
Mauá Institucional FIC FIM	1.993.498
Modal Institucional FIC FIM	725.705
Mongeral Aegon FIM	2.857.966
Modal Tactical FIC FIM	170.426
BTG Pactual Discovery FIM	604.182
Bradesco FIA Dividendos	547.008
Bradesco FIA Selection	481.025
Moat Capital FIC FIA	643.335
Neo Navitas FIC FIA	468.211
Constancia Fundamento FIA	499.168
AZ Quest Small Mid CAPS FIC FIA	1.009.906
Malbec FIP	187.141
Lacan Florestal II FIP	2.146.530

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R\$
TOTAL DOS RECURSOS	2.246.177
Carteira Própria	26.395
Depósitos	29.395
Valores a pagar (Taxa Cetip)	-2.999,95
Fundos	2.219.781
Itau Institucional RF FI	2.219.781

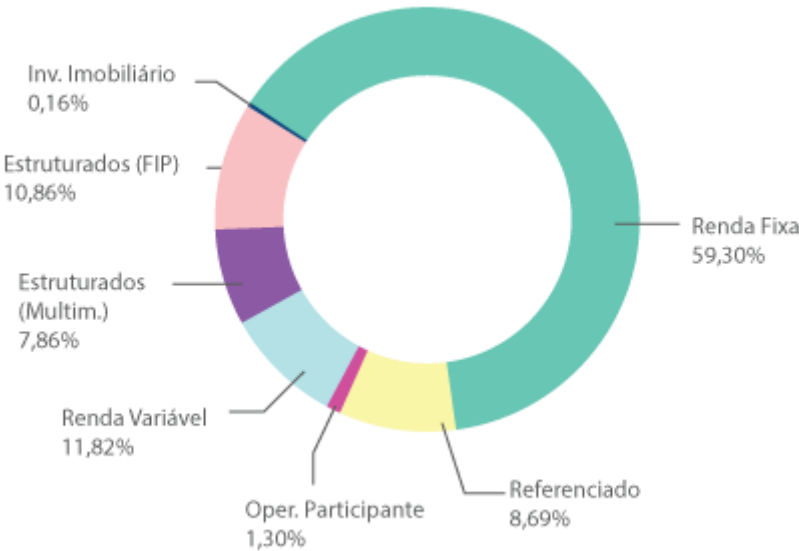
• DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Conforme consta nos guias de melhores práticas de investimentos elaborado pela PREVIC, órgão responsável pela fiscalização e supervisão das atividades dos Fundos de Pensão, a diversificação é uma prática comprovadamente mitigadora de riscos. Dessa forma, a FAECES faz desse princípio uma prática usual na gestão dos recursos dos planos por ela administrados, sem deixar de observar variáveis também importantes como segurança, liquidez e rentabilidade.

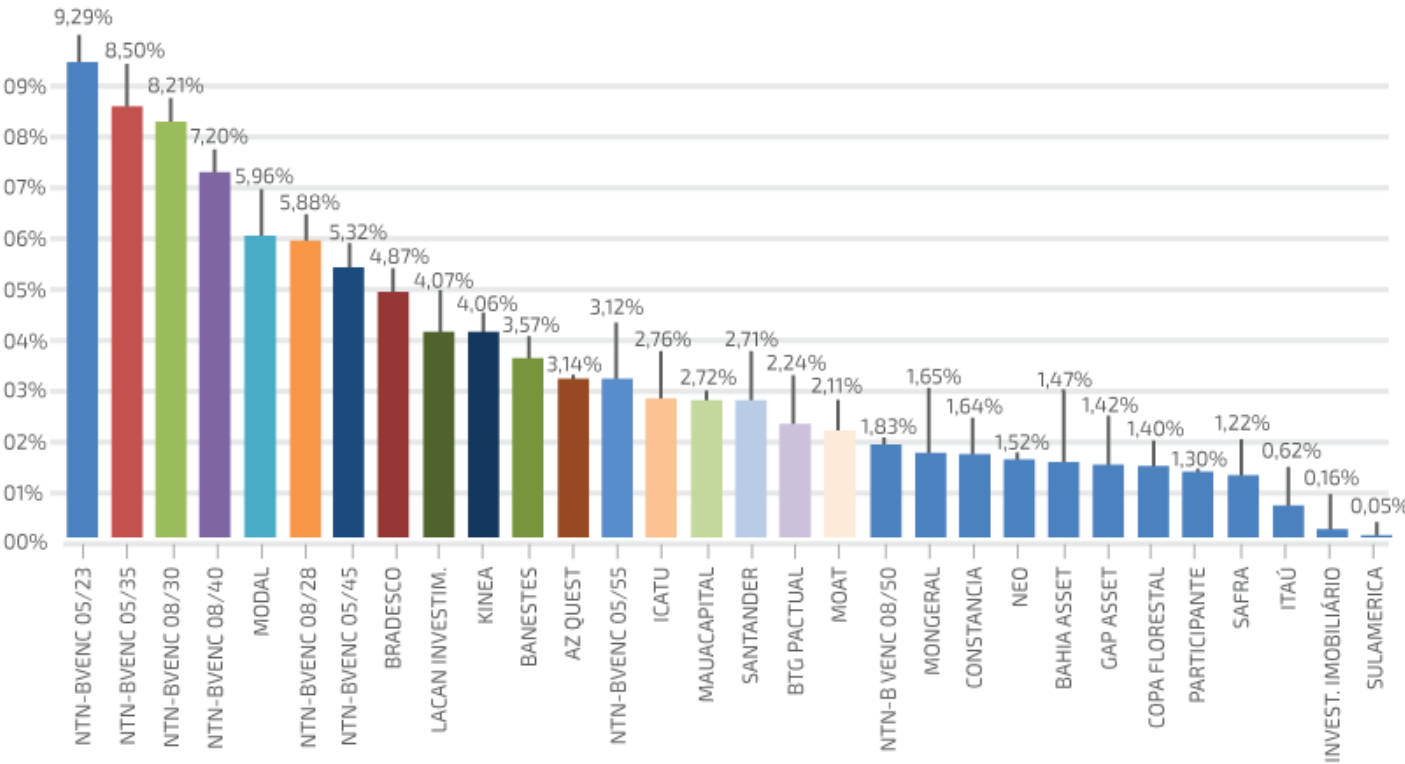
Para mitigação dos riscos e otimização dos resultados dos investimentos, a FAECES procura efetuar uma diversificação em busca de maior segurança aos investimentos dos recursos dos planos administrados pela Entidade.

Conforme gráficos a seguir, pode-se observar uma clara diversificação da carteira consolidada dos planos por segmento de aplicação financeira e por gestores de investimentos, que também favorece o quesito redução de riscos.

Segmento de Aplicação



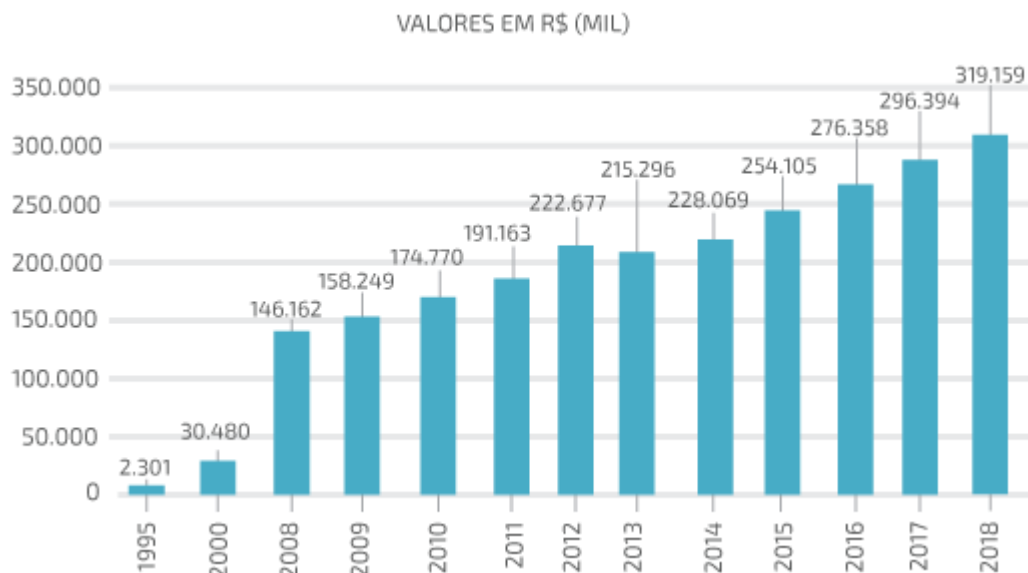
Gestores de Investimentos



11. Patrimônio Líquido e Demonstração Patrimonial e de Resultados

• PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Evolução do Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido do Plano de Benefício Definido obteve um crescimento em 2018 de 8% em relação ao ano anterior.

Demonstração Patrimonial

(Valores em R\$ mil)

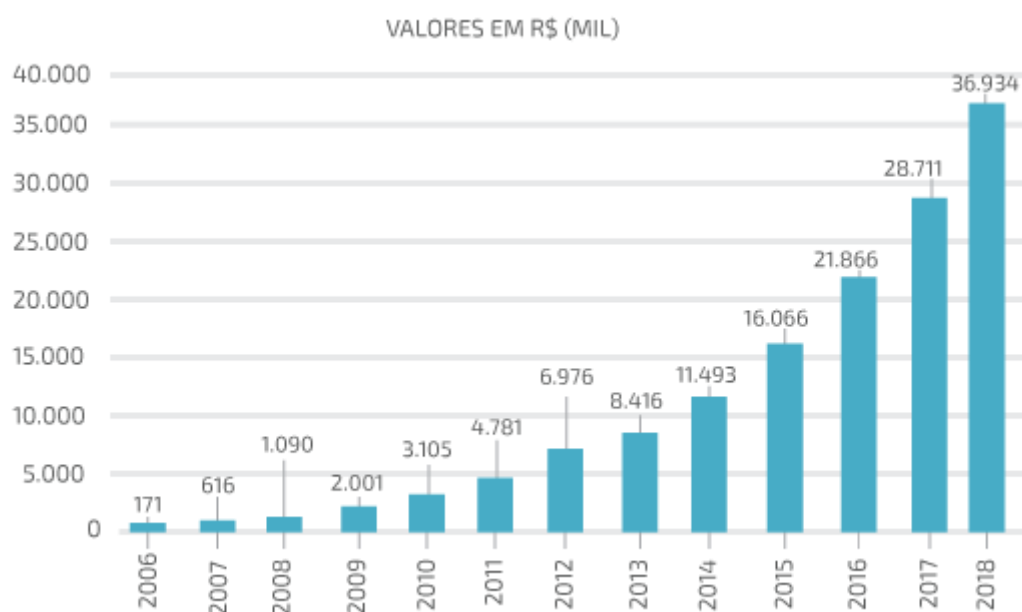
ATIVO	2018	PASSIVO	2018
DISPONÍVEL	33	EXIGÍVEL OPERACIONAL	890
		Gestão Previdencial	884
REALIZÁVEL	320.017	Investimentos	6
Gestão Previdencial	1.166		
Gestão Administrativa	2.720	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1
Investimentos	316.131	Gestão Previdencial	1
Títulos Públicos	166.531		
Fundos de Investimento	145.158	PATRIMÔNIO SOCIAL	319.159
Investimentos Imobiliários	595	Patrimônio de Cobertura do Plano	316.396
Empréstimos	3.847	Provisões Matemáticas	329.956
		Benefícios Concedidos	269.673
		Benefícios a Conceder	71.686
		(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(11.403)
		Equilíbrio Técnico Resultados	(13.560)
		(-) Deficit Técnico Acumulado	(13.560)
		Fundos	2.763
		Fundos Administrativos	2.720
		Fundos de Investimentos	43
TOTAL DO ATIVO	320.050	TOTAL DO PASSIVO	320.050

Demonstração dos Resultados

(Valores em R\$ mil)	
DESCRIÇÃO	2018
(+) CONTRIBUIÇÕES	14.386
(-) BENEFÍCIOS	(25.124)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	35.600
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	24.862
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(2.538)
(-) CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS	-
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS C/PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(21.398)
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	926

- **PLANO DE BENEFÍCIOS II**

Evolução do Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido do Plano de Benefícios II obteve um crescimento em 2018 de aproximadamente 28% em relação ao ano anterior. Por ser um plano jovem e em fase de crescimento, tem uma tendência crescente de patrimônio, como observado no gráfico acima. Além disso, pode ser destacado o fato que esse é um plano aberto para novas adesões.

Demonstração Patrimonial

(Valores em R\$ mil)

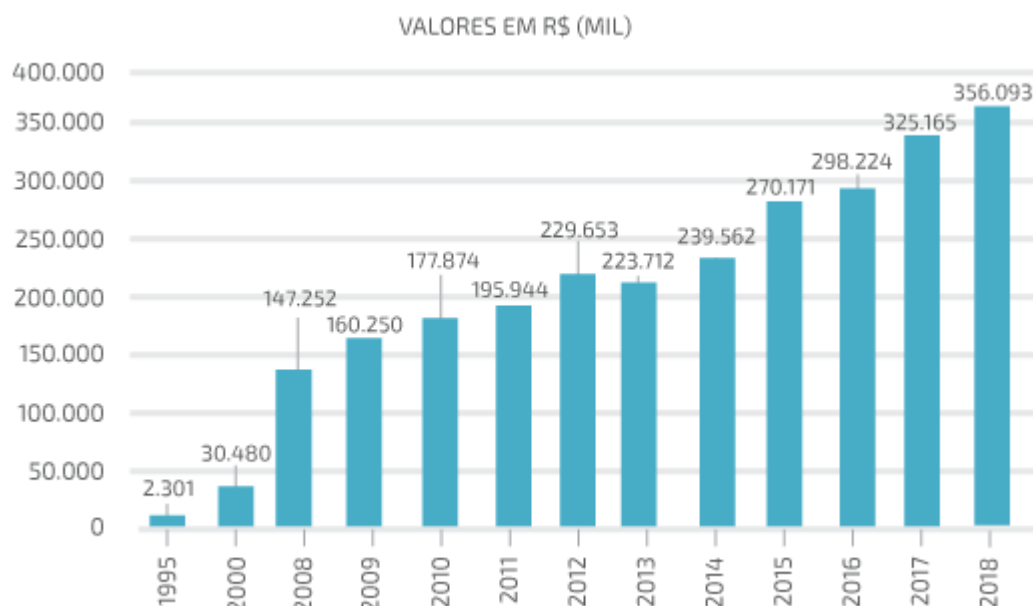
ATIVO	2018	PASSIVO	2018
DISPONÍVEL	34	EXIGÍVEL OPERACIONAL	83
		Gestão Previdencial	81
REALIZÁVEL	36.982	Investimentos	2
Gestão Previdencial	461		
Gestão Administrativa	205	PATRIMÔNIO SOCIAL	36.933
Investimentos	36.316	Patrimônio de Cobertura do Plano	35.828
Titulos Publicos	11.226	Provisões Matemáticas	35.828
Fundos de Investimento	24.156	Benefícios Concedidos	50
Empréstimos	934	Benefícios a Conceder	35.778
		Equilíbrio Técnico Resultados	-
		(-) Deficit Técnico Acumulado	-
		Fundos	1.105
		Fundos Previdenciais	892
		Fundos Administrativos	205
		Fundos de Investimentos	8
TOTAL DO ATIVO	37.016	TOTAL DO PASSIVO	37.016

Demonstração dos Resultados

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2018
(+) CONTRIBUIÇÕES	5.419
(+) PORTABILIDADES	9
(-) BENEFÍCIOS	(37)
(-) RESGATES	(49)
(-) PORTABILIDADES	(13)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	3.223
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	8.552
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(420)
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS C/PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(8.001)
(-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	(131)
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	-

- **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
(PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO E PLANO DE BENEFÍCIOS II)**



12. Política de Investimentos

Aprovada pelo Conselho Deliberativo no final do exercício de 2017, a Política de Investimentos dos planos administrados pela FAECES para o exercício de 2018 veio cumprir o que determina a legislação pertinente, além de balizar a gestão dos ativos dos planos e servir como importante ferramenta no planejamento da aplicação dos recursos de cada plano. A seguir são apresentadas algumas informações da Política de Investimentos vigente em 2018. A Política de Investimentos em sua integralidade pode ser consultada no site da FAECES ou obtida diretamente na Entidade, conforme divulgado aos participantes e assistidos.

- **ALOCÇÃO DOS RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO**

Plano de Benefício Definido e Plano de Benefícios II

ALOCÇÃO DOS RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Limite Legal	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	0,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	20%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%	5,00%
Imóveis	8%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	0,00%	5,00%

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

ALOCÇÃO DOS RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Segmento	Limite Legal	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	100%	100,00%

- LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTOS**

Na aplicação dos recursos, os planos observam os limites estabelecidos na legislação vigente.

- META ATUARIAL**

A meta atuarial para o Plano de Benefício Definido e para o Plano de Benefícios II, para o ano de 2018 corresponde a INPC + 5,65% a.a.

- DERIVATIVOS**

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas na legislação.

- META DE RENTABILIDADE PARA CADA SEGMENTO**

Plano de Benefício Definido e Plano de Benefícios II

META DE RENTABILIDADE	
Renda Fixa	INPC + 5,65% ao ano
Renda Variável	INPC + 8,00% ao ano
Investimentos Estruturados	INPC + 8,00% ao ano
Investimentos no Exterior	INPC + 8,00% ao ano
Imóveis	INPC + 5,65% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,65% ao ano

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

SEGMENTO	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	CDI

- APREÇAMENTO DE ATIVOS**

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pela Entidade são os mesmos estabelecidos pelo custodiante e estão disponíveis no manual disponibilizado pelo custodiante Itaú Unibanco S/A.

Em geral, os ativos são marcados a mercado. No caso específico de títulos mantidos até o vencimento, e conforme a legislação aplicável, poderá ser utilizada a marcação na curva de tais ativos.

- **AVALIAÇÃO DE RISCOS**

A FAECES estabeleceu regras que permitem identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, gestão, operacional, legal e sistêmico.

No caso de investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados frequentemente pela Entidade.

- **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

A estrutura de investimentos dos planos atribui, em grande parte, a discricionariedade da administração dos recursos a gestores terceirizados. Portanto decidiu-se que os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

Plano Assistencial



13. Planos de Saúde

As atividades do Programa Assistencial são vinculadas aos Planos de Saúde administrados pela FAECES, que tem por objetivo primordial prestar serviços de saúde com qualidade.

Os Planos de Saúde vem mantendo, através de um esforço conjunto da Entidade e da CESAN, seu equilíbrio financeiro e encerraram o exercício de 2018 com um patrimônio social de R\$ 2.051.643,43 e cerca de 4.100 beneficiários.

Percebe-se que o valor aplicado do plano de saúde é diferente do valor do Patrimônio Social. Em uma comparação simples, o Patrimônio Social equipara-se ao “Patrimônio Líquido” no balanço das empresas comerciais – ou seja, o Patrimônio Social é igual a soma dos Bens e Direitos dos Planos de Saúde, deduzidas suas obrigações. A apuração do Patrimônio Social leva em conta todos os direitos a receber, inclusive contribuições ainda não recebidas e, se fosse o caso, os bens do ativo permanente. Da mesma forma, é necessário “descontar” as obrigações a pagar – entre elas às provisões estipuladas pelo órgão fiscalizador, que visam manter o equilíbrio do plano mas não significam necessariamente um desembolso de recursos.

Demonstração Patrimonial

(Valores em R\$ mil)			
ATIVO	2018	PASSIVO	2018
IMEDIATO	32	DESPESAS MÉDICAS A PAGAR	5.733
RECURSOS A RECEBER	1.690	DESPESAS NÃO RELACIONADAS C/PLANO	198
INVESTIMENTOS	5.652	DESPESAS ADMINISTRATIVAS A PAGAR	165
Renda Fixa	5.652		
CREDITOS NÃO RELACIONADOS C/O PLANO	309	OUTRAS EXIGIBILIDADES	108
DEPOSITO JUDICIAL	11		
INTANGÍVEL	562	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.052
TOTAL DO ATIVO	8.256	TOTAL DO PASSIVO	8.256

Demonstração dos Resultados

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2018
(+) CONTRIBUIÇÕES	20.704
(-) DESPESAS MÉDICAS	(19.895)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	356
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.165
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.844)
(=) SUPERAVIT / DEFICIT DO EXERCÍCIO	(1.679)

Carteira de Investimentos

(Valores em R\$)

PLANO ASSISTENCIAL		
SEGMENTO	2018	2017
Renda Fixa	5.651.485	5.947.356
Total	5.651.485	5.947.356

Demonstrações Contábeis



14. Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
DISPONIVEL	96	92	EXIGIVEL OPERACIONAL	1.657	1.543
REALIZÁVEL	357.768	326.959	Gestão Previdencial	965	954
Gestão Previdencial	1.627	1.966	Gestão Administrativa	681	582
Gestão Administrativa	1.473	1.361	Investimentos	11	7
Investimentos	354.668	323.632	EXIGIVEL CONTINGENCIAL	525	525
Títulos Públicos	177.757	134.121	Gestão Previdencial	1	1
Fundos de Investimento	171.535	184.362	Gestão Administrativa	524	524
Investimentos Imobiliários	595	588	PATRIMÔNIO SOCIAL	356.092	325.165
Empréstimos e Financiamentos	4.781	4.561	Patrimônio de Cobertura do Plano	352.224	321.899
PERMANENTE	410	182	Provisões Matemáticas	365.784	336.384
Imobilizado	95	90	Benefícios Concedidos	269.724	252.765
Intangível	315	92	Benefícios a Conceder	107.463	101.019
			(-) Provisões Mat. a Constituir	(11.403)	(17.400)
			Equilíbrio Técnico	(13.560)	(14.485)
			Resultados realizados	(13.560)	(14.485)
			(-) Deficit Técnico Acumulado	(13.560)	(14.485)
			Fundos	3.868	3.266
			Fundos Previdenciais	892	762
			Fundos Administrativos	2.925	2.461
			Fundos de Investimentos	51	43
GESTÃO ASSISTENCIAL	8.256	7.162	GESTÃO ASSISTENCIAL	8.256	7.162
TOTAL DO ATIVO	366.530	334.395	TOTAL DO PASSIVO	366.530	334.395

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração da Muta  o do Patrimônio Social – DMPS (Consolidado)

(Valores em R\$ mil)

DESCRI��O	2018	2017	Varia��o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	325.165	298.224	9,03
1. Adi��es	59.729	57.268	4,30
(+) Contribui��es Previdenciais	16.857	18.664	(9,68)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	38.823	33.686	15,25
(+) Receitas Administrativas	3.921	4.732	(17,14)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	106	166	36,14
(+) Constitui��o de Fundos de Investimento	22	20	10,00
2. Destina��es	(28.802)	(30.328)	(5,08)
(-) Benefícios	(25.224)	(24.303)	3,79
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(1.736)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(3.562)	(4.232)	(15,83)
(-) Constitui��o de Contingências - Gestão Administrativa	-	(42)	(100,00)
(-) Reversão do Fundo de Investimentos	(16)	(15)	6,67
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	30.927	26.941	14,85
(+/-) Provisões Matemáticas	29.399	22.541	30,42
(+/-) Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	926	3.560	(73,99)
(+/-) Fundos Previdenciais	131	210	(37,62)
(+/-) Fundos Administrativos	465	624	(25,48)
(+/-) Fundos de Investimentos	6	6	-
4. Opera��es Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	356.092	325.165	9,51
5. Gestão Assistencial	(2.284)	1.463	(250,38)
(+) Receitas Assistenciais	21.061	10.492	100,73
(-) Despesas Assistenciais	(23.345)	(9.029)	157,63

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstra  es contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
A) Fundo administrativo exercício anterior	2.461	1.837	33,97
1. Custeio da gestão administrativa	4.027	4.897	(17,77)
1.1. Receitas	4.027	4.897	(17,77)
Custeio administrativo da gestão previdencial	2.958	2.604	13,59
Custeio administrativo dos investimentos	698	827	(15,60)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	60	58	3,45
Resultado positivo dos investimentos	106	166	(36,14)
Reembolso da gestão assistencial	93	1.147	(91,89)
Outras receitas	112	95	17,89
2. Despesas administrativas	3.563	4.242	(16,01)
2.1. Administração previdencial	2.711	2.210	22,67
Pessoal e encargos	1.601	1.383	15,76
Treinamentos/congressos e seminários	56	45	24,44
Viagens e estadias	24	9	166,67
Serviços de terceiros	704	521	35,12
Despesas gerais	118	113	4,42
Depreciações e amortizações	43	31	38,71
Tributos	165	108	52,78
2.2. Administração dos investimentos	759	885	(14,24)
Pessoal e encargos	440	547	(19,56)
Treinamentos/congressos e seminários	15	18	(16,67)
Viagens e estadias	7	4	75
Serviços de terceiros	216	218	(0,92)
Despesas gerais	31	43	(27,91)
Depreciações e amortizações	12	12	-
Tributos	38	43	(11,63)
2.3. Administração assistencial	93	1.147	(91,89)
Despesas administrativas	93	1.136	(91,81)
Constituição/reversão de contingências	-	11	(100,00)
2.4. Outras despesas	-	-	-
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	-	31	(100,00)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo dos investimentos	-	-	-
6. Sobre/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	464	624	(25,64)
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	464	624	(25,64)
8. Operações transitórias	-	-	-
B) fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	2.925	2.461	18,85

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
A) Ativo líquido	294.072	274.625	7,08
1. Adições	49.986	47.194	5,92
(+) Contribuições	14.386	16.264	(11,55)
(+) Resultado positivo investimentos – gestão previdencial	35.600	30.930	15,1
2. Destinações	(27.662)	(27.747)	(0,31)
(-) Benefícios	(25.124)	(24.029)	4,56
(-) Resultado negativo investimentos – gestão previdencial	-	(1.504)	(100,00)
(-) Custeio administrativo	(2.538)	(2.214)	14,63
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	22.324	19.447	14,79
(+/-) Provisões matemáticas	21.398	15.887	34,70
(+/-) Superavit (deficit) técnico do exercício	926	3.560	(126,01)
4. Operações transitórias	-	-	-
B. Ativo líquido – final do exercício (A+3+4)	316.396	294.072	7,59
C. Fundos não previdenciais	2.762	2.321	19,00
(+/-) Fundos administrativos	2.720	2.283	19,14
(+/-) Fundos de Investimentos	42	38	10,53

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Ativo Líquido – DAL (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
1. Ativos	320.049	297.277	7,66
Disponível	32	79	(58,23)
Recebível	3.886	3.825	1,65
Investimento	316.131	293.373	7,76
Títulos públicos	166.531	127.730	30,38
Fundos de investimentos	145.158	161.139	(9,92)
Investimentos imobiliários	595	588	1,19
Empréstimos	3.847	3.916	(1,76)
2. Obrigações	891	882	1,02
Operacional	890	881	1,02
Contingencial	1	1	-
3. Fundos não previdenciais	2.762	2.322	19,00
Fundos administrativos	2.720	2.284	19,14
Fundos de Investimentos	42	38	10,53
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	316.396	294.072	7,59
Provisões matemáticas	329.956	308.557	6,94
Superavit / deficit técnico	(13.560)	(14.485)	(6,39)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(13.560)	(14.485)	(6,39)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	5.333	5.738	(7,06)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(8.227)	(8.747)	(5,94)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT
(Plano de Benefício Definido)**

(Valores em R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	317.329	294.992	7,57
1. Provisões Matemáticas	329.956	308.557	6,94
1.1 Benefícios Concedidos	269.673	252.686	6,72
Benefício Definido	269.673	252.686	6,72
1.2 Benefícios a Conceder	71.686	73.272	(2,16)
Benefício Definido	71.686	73.272	(2,16)
1.3 Provisões Matemáticas a constituir	(11.403)	(17.401)	(34,47)
(-) Serviço Passado	(11.403)	(17.105)	(33,34)
Patrocinadores	(11.403)	(17.105)	(33,34)
(-) Deficit Equacionado	-	(296)	(100,00)
(-) Patrocinadores	-	(120)	(100,00)
(-) Participantes	-	(122)	(100,00)
(-) Assistidos	-	(54)	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	(13.560)	(14.485)	(6,39)
2.1 Resultados Realizados	(13.560)	(14.485)	(6,39)
Deficit Técnico Acumulado	(13.560)	(14.485)	(6,39)
3. Fundos	42	38	10,53
3.2 Fundos de Investimentos	42	38	10,53
4. Exigível Operacional	890	881	1,02
4.1 Gestão Previdencial	884	878	0,68
4.1 Investimentos – Gestão Previdencial	6	3	100,00
5. Exigível Contingencial	1	1	-
5.1 Gestão Previdencial	1	1	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração da Muta  o do Ativo L  ido - DMAL (Plano de Benefícios II)

(Valores em R\$ mil)

DESCRI��O	2018	2017	Varia��o (%)
A) Ativo l��ido	28.587	21.723	31,60
1. Adi��es	8.652	7.760	11,49
(+) Contribui��es	5.429	5.004	8,49
(+) Resultado positivo investimentos – gestão previdencial	3.223	2.756	16,94
2. Destina��es	(520)	(896)	(41,96)
(-) Benefícios	(100)	(274)	(63,50)
(-) Resultado negativo investimentos – gestão previdencial	-	(232)	(100,00)
(-) Custeio administrativo	(420)	(390)	7,69
3. Acréscimo/decréscimo no ativo l��ido (1+2)	8.132	6.864	18,47
(+/-) Provisões matemáticas	(8.001)	(6.654)	20,23
(+/-) Fundos previdenciais	(131)	(210)	(37,62)
4. Opera��es transitórias	-	-	-
B. Ativo l��ido – final do exercício (A+3+4)	36.719	28.587	28,45
C. Fundos não previdenciais	213	182	17,03
(+/-) Fundos administrativos	205	177	15,82
(+/-) Fundos de Investimentos	8	5	60,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstra  es contábeis

Demonstração do Ativo Líquido – DAL (Plano de Benefícios II)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
1. Ativos	37.016	28.849	28,31
Disponível	34	12	183,33
Recebível	666	602	10,63
Investimento	36.316	28.235	28,62
Títulos públicos	11.226	6.391	75,65
Fundos de investimentos	24.157	21.198	13,96
Empréstimos	933	646	44,43
2. Obrigações	83	78	6,41
Operacional	83	78	6,41
3. Fundos não previdenciais	213	182	17,03
Fundos administrativos	205	177	15,82
Fundos dos investimentos	8	5	60,00
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	36.720	28.589	28,44
Provisões matemáticas	35.828	27.827	28,75
Fundos previdenciais	892	762	17,06
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	424	409	3,67
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	424	409	3,67

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (Plano de Benefícios II)

(Valores em R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	36.811	28.672	28,39
1. Provisões Matemáticas	35.828	27.827	28,75
1.1 Benefícios Concedidos	50	80	(37,50)
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	50	80	(37,50)
1.2 Benefícios a Conceder	35.778	27.747	28,94
Contribuição Definida	34.558	26.360	31,10
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	16.684	12.691	31,46
Saldo de Contas - parcela participantes	17.874	13.669	30,76
Benefício Definido	1.220	1.387	(12,04)
1.3 Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	900	767	17,34
3.1 Fundos Previdenciais	892	762	17,06
3.2 Fundo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8	5	60,00
4. Exigível Operacional	83	78	6,41
4.1 Gestão Previdencial	81	77	5,19
4.2 Investimentos – Gestão Previdencial	2	1	100,00
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

15. NOTAS EXPLICATIVAS

1. CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

A FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS DA CESAN – FAECES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa / financeira, autorizada a funcionar pela Portaria do MPS nº 1.732, de 28 de dezembro de 1994, que tem como objetivo conceder benefícios previdenciários, instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios como complemento da promoção do bem-estar social aos seus participantes e assistidos.

O patrimônio da FAECES é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outro órgão ou entidade.

Suas atividades foram iniciadas em abril de 1995, conforme escritura pública de constituição registrada em 25 de abril de 1995, no cartório de registro civil de pessoas físicas e jurídicas da comarca de Vitória/ES, registrada no livro A-12 nº 11.202.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos dos planos de benefícios administrados pela Fundação são oriundos das contribuições do patrocinador, dos participantes, dos assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, obedecendo ao disposto na Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e alterações posteriores.

O Plano de Benefício Definido, fechado para novas adesões, foi estruturado na modalidade de Benefício Definido, sendo aprovado em 28 de dezembro de 1994 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, através do ofício nº 1.255/GAB/CTI/SCA. Nesse plano, estão previstos os pagamentos de benefícios de suplementação de aposentadorias por idade, tempo de serviço, invalidez e especial, além de pensões.

Em novembro de 2005, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a implantação do Plano de Benefícios II através da Portaria nº 281, de 23 de novembro de 2005, cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante. Esse plano foi estruturado na modalidade cujas características são de contribuição variável.

A FAECES também é Operadora de planos privados de assistência à saúde, na modalidade autogestão, com cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar com obstetrícia e odontológica, de acordo com o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e dos regulamentos dos planos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, Ministério da Fazenda e das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, pela PREVIC por meio da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, Resolução do Conselho

Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A partir do exercício de 2010, as atividades assistenciais de saúde seguem as práticas contábeis subordinadas a Agência Nacional de Saúde - ANS, por este motivo, o detalhamento das contas destinadas a gestão assistencial apresentadas neste relatório está contido nas demonstrações contábeis dos planos de saúde administrados pela Fundação, elaboradas segundo determinação e padronização definidas pela ANS.

A moeda funcional utilizada pela FAECES é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em Reais mil.

As Demonstrações Contábeis vigentes são:

Balanço Patrimonial Consolidado;
Demonstração da Muta  o do Patrimônio Social – DMPS (Consolidado);
Demonstra  o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado);
Demonstra  o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);
Demonstra  o da Muta  o do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial);
Demonstra  o das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial).

A escritura  o contábil    centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elabora  o das demonstra  es contábeis estão resumidos como segue:

- a) De acordo com as normas específicas e, seguindo a natureza e a finalidade das transa  es, os registros contábeis são segregados em três gestões distintas: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Gestão Assistencial, além do Fluxo dos Investimentos, que    comum às Gestões Previdencial e Administrativa.
- b) Todos os ativos e passivos dos planos de benefícios previdenciários são registrados em separado, de forma real, sem utiliza  o de rateio ou qualquer outra metodologia de gestão compartilhada de ativos.
- c) Os saldos das contas do Balanço foram mantidos pelos seus montantes originais; os investimentos nos Fundos de Investimentos são atualizados pelo valor de mercado e, os Títulos Públicos pela curva do papel.
- d) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.
- e) Os títulos mobiliários são registrados por ocasião de sua aplica  o pelo valor desembolsado, sendo os rendimentos apropriados “pro-rata temporis”, em fun  o dos dias decorridos no mês e ajustados aos respectivos valores de mercado.

- f) Os ágios/deságios ocorridos na aquisição de títulos são amortizados mensalmente pro-rata dia, pelo prazo decorrente da aquisição até o vencimento do título.
- g) Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição e ajustados, anualmente, por meio de avaliações a valor de mercado. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com norma específica da PREVIC.
- h) Os bens que constituem o imobilizado são depreciados pelo método linear às taxas de 10% ao ano, para: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, e de 20% ao ano, para: computadores e periféricos.
- i) As Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa de consultoria externa atuarial, Projeção Consultoria Atuarial, e observaram o regime financeiro de capitalização, representando compromissos acumulados ao encerramento de cada exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder.
- j) O resultado dos Investimentos é transferido à respectiva Gestão.
- k) A custódia dos títulos e valores mobiliários e a responsabilidade pelo fluxo de pagamento e recebimento relativo às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados são exercidas pelo Banco Itau, instituição devidamente habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM para executar tais funções.

3. PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas com a Fundação os Patrocinadores, os Participantes e Assistidos. Esta relação se dá através de um convênio de adesão, que possibilita a CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento e a Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES, oferecer a seus empregados os planos de benefícios administrados pela FAECES.

3.1. Serviço Passado

Por intermédio de um contrato de confissão de dívida com pacto adjeto de caução, o Patrocinador CESAN assumiu a responsabilidade pelo repasse das contribuições sobre o tempo de serviço de seus empregados anteriores à constituição da Fundação. O montante destas contribuições foi calculado atuarialmente e, de acordo com os termos aditivos ao contrato, está sendo corrigido mensalmente pelo INPC e acrescido dos juros de 6% ao ano. O total da dívida vem sendo amortizado através de parcelas mensais e sucessivas, com previsão para quitação em dezembro de 2020. Os valores envolvidos e demais informações estão descritas na Nota 10.

3.2. Deficit Equacionado

Para equacionamento do deficit acumulado no final do exercício de 2010, foram estipuladas contribuições extraordinárias para os Patrocinadores, os Participantes e os Assistidos, de forma que a responsabilidade fosse igualmente dividida entre as partes. Os valores e as condições estão expressos na Nota 10.

3.3. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos a participantes e assistidos também são considerados transações com parte relacionadas e estas operações estão detalhadas na Nota 5.

3.4. Administração da Fundação

A administração da FAECES é composta por três diretores. Os custos relacionados aos honorários de diretores cedidos pelo Patrocinador CESAN são integralmente ressarcidos a este, conforme convênios de cooperação técnica para cessão de empregados à Fundação. Em complementação ao salário recebido, a Fundação paga a seus Diretores, além de gratificação, a diferença no valor estipulado para os honorários conforme rege seu Estatuto Social. Os custos com a Diretoria até 31 de dezembro de 2018 são representados como segue:

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Dirigentes	870	1.090
Honorários e gratificações	635	868
Reembolso a CESAN	235	222

4. REALIZÁVEL

4.1. Gestão Previdencial

Registra os direitos da Fundação, valores relativos às contribuições patronal, de participantes e assistidos, empréstimos descontados na folha dos patrocinadores.

O valor do depósito judicial, referente a processo trabalhista movido por participante contra a CESAN, mas envolvendo a FAECES no polo passivo, foi restituído em 27/07/2018.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Gestão previdencial	1.627	1.966
Recursos a receber	1.626	1.956
Contribuições do mês	1.386	1.653
Contribuições sobre 13º salário	240	303
Depósitos judiciais/recursais	-	8
Processos cíveis	-	8
Outros realizáveis	1	2
Repasse de valores entre os planos previdenciais	1	2

4.2. Gestão Administrativa

Registra as operações administrativas efetuadas pela Fundação, em conformidade com a Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA é constituído pelos repasses, a título de custeio administrativo, efetuados pela gestão previdencial e pelo fluxo dos Investimentos, bem como, pelas receitas oriundas de aplicação financeira das eventuais sobras de recursos, que após a dedução das despesas administrativas, promovem a constituição do fundo administrativo no caso de saldo não gasto ou, é feita a reversão desse fundo para o PGA no caso de insuficiência de saldo para as despesas.

As contas de valores a receber referem-se ao custeio administrativo a ser repassado pelos planos de benefícios e foram incluídas nos “ajustes e eliminações para consolidação do balanço”, conforme Nota 17.

As despesas antecipadas referem-se a assinatura de jornais e revistas, adiantamento de férias, contratação de seguros e outros adiantamentos.

O depósito judicial refere-se ao processo trabalhista relativo a um pedido de reconhecimento de vínculo empregatício, no qual a fundação obteve êxito na primeira instância, contra uma sentença desfavorável na segunda. No aguardo do julgamento na última instância, o valor calculado pelo perito foi depositado em juízo no início de 2016, sendo posteriormente acrescido de depósitos recursais.

Os outros realizáveis referem-se a repasse de valores pagos pelo PGA a serem reembolsados pela Gestão Assistencial.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Gestão administrativa	1.473	1.361
Contas a receber	646	782
Despesas antecipadas	29	14
Depósito judicial	574	546
Outros realizáveis	224	19

5. INVESTIMENTOS

Registra as aplicações dos recursos garantidores da reserva matemática nos limites e modalidades permitidas pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e alterações posteriores. Os títulos e valores mobiliários resultantes destas aplicações estão classificados contabilmente conforme especificado no plano de contas padrão, considerando os emissores desses ativos, ou seja, Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Derivativos, Operações com Participantes e Investimentos Imobiliários.

Em atendimento a Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os Títulos de Renda Fixa, considerados aqueles que garantem rentabilidade uniforme ao longo de sua existência e que se encontram registrados contabilmente nos seguintes grupos de contas: Títulos Públicos, Fundos de Investimento e Derivativos, estão segregados nas seguintes categorias:

a) Títulos Para Negociação - adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

b) Títulos Mantidos até o Vencimento - com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a Fundação mantém interesse e capacidade financeira em mantê-los até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

DISCRIMINAÇÃO	(Valores em R\$ mil)	
	TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO
Investimentos	171.535	177.756
Títulos públicos	-	177.756
NTN-B	-	177.756
Fundos de investimentos	171.535	-
Referenciado	31.306	-
Renda fixa	2.220	-
Ações	42.589	-
Multimercado	56.162	-
Direitos creditórios	154	-
Participações	39.104	-

5.1. Títulos Públicos

Os investimentos em títulos públicos estão registrados, de acordo com sua aquisição, pelo valor desembolsado, evidenciando-se os juros e rendimentos decorridos, ágio e deságio, sendo as receitas correspondentes registradas em conta de resultado apropriadas até o vencimento da operação, observado o critério “pró-rata temporis”.

Conforme as características destes títulos, os juros acumulados são repassados aos investidores semestralmente. A sua aquisição se deu com taxas superiores a 5,98% a.a., o que rentabilizou para os planos um valor em torno de R\$ 9,03 milhões em 2018 e R\$ 7,98 milhões em 2017, correspondente aos pagamentos dos repasses. Considerando o volume investido em cada plano, o repasse em 2018 para o plano de Benefício Definido foi de R\$ 8,36 milhões (R\$7,61 milhões em 2017) e R\$ 663 mil (R\$387 mil em 2017) para o plano de Benefícios II.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
NTN-B	177.756	134.121
Custo	113.572	45.002
Rendimento	61.429	91.593
Juros	2.421	1.146
Ágio/Deságio	334	(3.620)

O ágio/deságio apresentado no quadro acima é um ajuste do valor contábil do título na marcação a mercado por exigência da legislação, porém os títulos que compõem a carteira dos planos de benefícios previdenciários administrados pela FAECES são marcados na curva uma vez que somente serão resgatados no vencimento.

5.2. Fundos de Investimento

Registra os investimentos realizados com aquisições de quotas de fundos de renda fixa, ações, multimercados, referenciados e participações, que são custodiadas no Itaú Unibanco S/A e possuem prazo de vencimento indeterminado. Estão avaliados de acordo com os cálculos dos respectivos gestores, que tomando por base as variações do mercado, determinam o valor das quotas.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Fundos de investimentos	171.535	184.362
Referenciado	31.306	36.783
Renda fixa	2.220	19.859
Ações	42.589	41.278
Multimercado	56.162	56.143
Direitos creditórios	154	2.188
Participações	39.104	28.111

5.3. Investimentos Imobiliários

Registra os investimentos realizados com aquisições de imóveis para uso próprio conforme determina a IN SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Os imóveis foram adquiridos a partir de 2006 e, com base nos laudos de avaliações, que contemplam o valor de mercado locativo, foi definido o aluguel a ser repassado pela Gestão Administrativa à Gestão Previdencial.

Até o exercício de 2014 os imóveis foram depreciados de acordo com sua vida útil, também determinada pelos laudos de avaliações, no entanto, as alterações promovidas pela IN PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014, dispensam a depreciação para os imóveis avaliados anualmente. A partir de janeiro de 2015 a FAECES passou a reavaliar seus imóveis anualmente.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Alugueis e rendas	595	588
Uso próprio	595	588
Custo corrigido	589	582
Aluguel a receber	6	6

Em 2018, a Fundação realizou a reavaliação dos imóveis de acordo com a Resolução CNPC nº 13 de 13 de abril de 2018. O laudo foi preparado pela empresa Consulting Engenharia S/S Ltda ME e está de acordo com o estabelecido na alínea J, do anexo A, da IN SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009. O efeito da reavaliação está demonstrado a seguir:

(Valores em R\$ mil)						
DESCRIÇÃO	DATA DA COMPRA	VALOR DE COMPRA	AVALIAÇÃO EM 2017	VALOR CONTÁBIL EM 2017	AVALIAÇÃO EM 2018	DIFERENÇA AVALIAÇÃO X CONTÁBIL
Sala 1304	13/12/2006	20	40	40	40	-
Sala 1305	17/09/2010	45	48	48	48	-
Sala 1306	13/12/2006	20	55	55	55	-
Sala 1307	01/08/2007	20	57	57	57	-
Sala 1308	01/08/2007	20	60	60	60	-
Sala 1309	01/08/2007	20	60	60	60	-
Sala 1310	01/08/2007	20	60	60	60	-
Sala 1311	01/08/2017	60		62	59	-2
Sala 1312	15/06/2015	60	60	60	60	-
Sala 1313	27/10/2017	42		50	60	9
Vaga de garagem 09	13/12/2006	7	10	10	10	-
Vaga de garagem 19	13/12/2006	7	10	10	10	-
Vaga de garagem 35	13/12/2006	4	10	10	10	-
Total		345	470	582	589	7

5.4. Operações com Participantes

Registra operações com participantes e assistidos relativas a empréstimos concedidos nos limites estabelecidos pela Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, com taxas de juros correspondentes ao INPC + 0,65% a.m. sobre o saldo devedor da operação, para contratos concedidos a partir de 01/09/2018, antes a taxa era INPC + 0,60%. As operações estão registradas pelo valor principal acrescida dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. Nas operações são acrescidos o IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado na liberação.

As prestações dos empréstimos são descontadas na folha de salários dos patrocinadores e na folha de benefícios dos assistidos, e para os participantes sem desconto em folha, ou seja, os afastados por auxílio doença, licença sem vencimentos e autopatrocinados, são gerados boletos bancários com o valor da prestação.

Até 2017, foram constituídas provisões para perdas relativas à inadimplência das operações com participantes conforme os critérios estabelecidos pela IN SPC 34 de 24 de setembro de 2009, que estabelece os percentuais de 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% para atrasos entre 121 e 240 dias, 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos acima de 360 dias. Considerando as parcelas vencidas, foram calculados os dias de atraso e aplicados os respectivos percentuais sobre o saldo devedor.

As operações com participantes podem ser assim representadas:

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos	4.781	4.561
Empréstimos a participantes	4.675	4.496
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(29)
Valores a receber	106	94

6. ATIVO PERMANENTE

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens.

O Intangível refere-se a implantação do novo sistema para gerenciamento das operações da FAECES, compreendendo os módulos de seguridade, financeiro, contabilidade, investimentos, administrativo e planos de saúde e a reforma da sede da FAECES para se adequar ao número de empregados e atender a demanda crescente dos participantes.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Permanente	410	182
Imobilizado	95	72
Bens móveis	95	72
Móveis e utensílios	21	12
Máquinas e equipamentos	18	3
Computadores e periféricos	56	55
Condicionadores de ar	-	2
Intangível	315	110
Software	62	92
Benfeitorias em andamento	250	11
Benfeitorias em imóvel de terceiro	3	7

As principais taxas de depreciações, amortizações utilizadas e movimentação do Ativo Permanente foram:

- Móveis e Utensílios, Máq. e Equipamentos – 10% a.a.
- Computadores e Periféricos (Hardware e Software) – 20% a.a.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros – 5% a.a.
- Softwares – 20% a.a.

(Valores em R\$ mil)		
MOVIMENTAÇÃO DO PERMANENTE	2018	2017
1 - Saldo do Imobilizado = (1.1)	95	72
1.1 - Bens Móveis	95	72
Custo Corrigido	236	234
Adições	55	30
Baixas	-20	-27
Depreciações	-176	-165
2 - Saldo do Intangível = (2.1 + 2.2)	315	110
2.1 -Software	62	92
Custo Corrigido	176	176
Amortização	-114	-84
2.2 - Benfeitorias em Imóvel de Terceiros	253	18
Custo Corrigido	17	17
Adições	249	11
Amortização	-13	-10
TOTAL DO PERMANENTE (1 + 2)	410	182

7. GESTÃO ASSISTENCIAL

Registra as operações com os planos de saúde administrados pela Fundação que se encontram registrados na Agência Nacional de Saúde – ANS, sendo suas despesas custeadas integralmente com recursos da Gestão Assistencial.

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Nessa rubrica são registradas as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes e assistidos, salários dos empregados da Fundação, prestações de serviços, obrigações fiscais e cheques emitidos e não compensados até o final do exercício.

O item “Outras Exigibilidades” da Gestão Previdencial contempla os valores a repassar à Gestão Assistencial, os valores a repassar à Gestão Administrativa ou entre os planos previdenciários e foram ajustados de acordo com as eliminações para consolidação do balanço, Nota 17.

O item “Outras Exigibilidades” dos Investimentos refere-se às taxas CETIP e SELIC a pagar e à provisão de IOF a recolher sobre as aplicações efetuadas no mês de dezembro, caso fossem resgatadas antes de 30 dias.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Exigível operacional	1.657	1.543
Gestão previdencial	965	954
Benefícios a pagar	13	72
Retenções a recolher	305	286
Outras exigibilidades	647	596
Gestão administrativa	681	582
Contas a pagar	568	480
Retenções a recolher	98	88
Tributos a recolher	15	14
Investimentos	11	7
Empréstimos e financiamentos	6	1
Outras exigibilidades	5	6

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representa provisões constituídas com base nas informações fornecidas pela Assessoria Jurídica, em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

A provisão relacionada com a Gestão Previdencial refere-se a um processo relativo à devolução de impostos retidos no valor de R\$1 mil.

Existe ainda na Gestão Previdencial, um processo Cível, movido por um participante, pleiteando revisão do cálculo de seu benefício. O Jurídico entende ser possível a chance de perda da ação, neste caso, os valores a repassar ao reclamante seriam oriundos da Reserva Matemática e seus reflexos calculados por ocasião da avaliação atuarial.

A Gestão Administrativa possui um processo trabalhista relativo a um pedido de reconhecimento de vínculo empregatício, no qual a fundação obteve êxito na primeira instância, contra uma sentença desfavorável na segunda. No aguardo do julgamento no Supremo, o valor calculado pelo perito foi depositado em juízo no início de 2016.

As provisões estão assim representadas:

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Exigível Contingencial	525	525
Gestão previdencial	1	1
Provisão	1	1
Gestão administrativa	524	524
Comum	524	524
Provisão	524	524

10. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por profissional habilitado e demonstrado conforme diretrizes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Os cálculos registrados na contabilidade foram efetuados de acordo com a nota técnica atuarial e representam o valor atual total das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, calculadas com base nos Planos de Benefícios, tendo sido elaborado pela empresa Projeção Consultoria Atuarial Ltda, consultoria externa, conforme parecer atuarial datado de 12 de fevereiro de 2019.

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial, definidas pelo Atuário, estão explicitadas na Demonstração Atuarial - DA.

10.1. Benefícios Concedidos

Representam o valor atual dos compromissos futuros dos planos de benefícios para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

10.2. Benefícios a Conceder

Representam a diferença entre o valor atual das obrigações futuras dos planos e o valor atual das contribuições futuras dos Participantes/Patrocinador, avaliados para participantes que não adquiriram o direito aos benefícios de prestação continuada.

10.3. Provisões Matemáticas a Constituir

Registram o valor atual das contribuições especiais futuras, na data das demonstrações contábeis. O Serviço Passado é de responsabilidade exclusiva do patrocinador CESAN e o Deficit Equacionado de responsabilidade dos participantes, assistidos e patrocinador.

- a) **Serviço Passado** - Representa o cálculo atuarial do valor a receber do patrocinador, relativo ao tempo de serviço dos seus empregados anteriores à criação da FAECES. Conforme Termo Aditivo 03 ao Contrato de Confissão de Dívidas, assinado entre a CESAN e a FAECES, o montante, R\$ 28.508 mil, foi dividido em 60 parcelas mensais, contadas a partir de janeiro de 2016 e, acrescidas da taxa de juros de 6% ao ano, mais o índice INPC, divulgado pelo IBGE, do mês anterior à competência da parcela. Ao final de 2018 o montante da dívida é de R\$ 11.403 mil, restando 24 parcelas.
- b) **Deficit Equacionado** - Encerrado em fevereiro de 2018, o deficit acumulado no final do exercício de 2010, da ordem de R\$ 4.735, em observação ao art. 28, da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, revogada pela Resolução CNPC 30 de 10 de outubro de 2018, foi equacionado através de contribuições extraordinárias, efetuadas pelos participantes, assistidos e patrocinadores, a partir de março de 2012, num prazo de 6 anos, aplicando-se sobre o salário de contribuição, os seguintes percentuais:

ANO	PARTICIPANTES	ASSISTIDOS	PATROCINADORES
De março de 2012 a fevereiro de 2013	0,54%	0,52%	0,53%
De março de 2013 a fevereiro de 2014	0,54%	0,52%	0,53%
De março de 2014 a fevereiro de 2015	0,79%	0,66%	0,78%
De março de 2015 a fevereiro de 2016	1,10%	0,92%	1,08%
De março de 2016 a fevereiro de 2017	1,46%	1,21%	1,44%
De março de 2017 a fevereiro de 2018	2,15%	1,80%	2,14%

(Valores em R\$ mil)

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL ATUARIAL		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Exigível Atuarial	365.784	336.384
Benefícios concedidos	269.724	252.765
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	269.724	252.765
Benefícios a conceder	107.463	101.019
Contribuição definida	34.558	26.360
Benefício definido estrut. em regime de capitalização programado	60.700	62.158
Benefício definido estrut. em regime de capitalização não programado	12.205	12.501
(-) Provisões matemáticas a constituir	(11.403)	(17.400)
(-) Serviços passados	(11.403)	(17.104)
(-) Déficit equacionado	-	(296)

11. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Registra o Deficit Técnico acumulado ao final dos exercícios de 2018 e 2017. Nos anos anteriores, em função da inflação muito elevada e da volatilidade do mercado financeiro, a FAECES não conseguiu atingir a meta atuarial, no entanto, com a queda da inflação e os ajustes promovidos na carteira de investimentos em 2018, a Fundação vem obtendo um retorno positivo, superando a meta atuarial e reduzindo o Deficit Acumulado.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Equilíbrio Técnico	(13.560)	(14.485)
Deficit acumulado	(13.560)	(14.485)
Superavit do exercício	925	3.561
Deficit do exercício	-	-
Deficit anterior	(14.485)	(18.046)

12. EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, no seu artigo 4º, incluiu o quadro de “Informações Complementares” na “Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios”, com o objetivo de demonstrar o cálculo utilizado para a apuração do equilíbrio técnico ajustado. E a Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, revogada pela Instrução PREVIC Nº 10, de 30 de novembro de 2018, apresentou os critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de deficit técnico e para utilização ou destinação de superavit técnico.

Este ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,65% e o valor contábil desses títulos (Nota 5). Estão sujeitos ao referido ajuste os títulos que tem por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2018 resultou em um valor positivo de R\$ 5.333 mil (R\$ 5.738 mil em 31 de dezembro de 2017) para o plano de Benefício Definido e R\$ 424 mil (R\$ 409 mil em 31 de dezembro de 2017) para o plano de Benefícios II, conforme demonstrado a seguir:

(Valores em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO							
ATIVO	VENCIMENTO	QUANT.	VALOR DE COMPRA	VALOR DO PAPEL NA CURVA	VALOR A MERCADO	VALOR A TAXA DO PASSIVO	VARIAÇÃO CURVA X TAXA DO PASSIVO
NTN - B	15/05/2023	2.300	5.435	7.200	7.815	7.414	213
NTN - B	15/05/2023	8.382	19.807	26.265	28.482	27.018	753
NTN - B	15/08/2028	4.800	14.606	15.750	17.010	15.878	129
NTN - B	15/08/2028	1.657	5.042	5.436	5.872	5.481	46
NTN - B	15/08/2030	4.800	9.028	15.770	17.127	15.943	173
NTN - B	15/08/2030	597	1.123	1.958	2.130	1.983	24
NTN - B	15/08/2030	2.120	3.988	6.931	5.352	7.041	110
NTN - B	15/08/2030	1.500	2.821	4.919	7.564	4.982	63
NTN - B	15/05/2035	4.730	7.492	15.316	16.037	15.607	292
NTN - B	15/05/2035	4.500	7.127	12.708	16.857	14.849	2.140
NTN - B	15/05/2035	800	1.267	2.593	2.851	2.640	47

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

NTN - B	15/08/2040	4.800	9.028	15.863	17.624	16.155	292
NTN - B	15/08/2040	500	940	1.645	9.389	1.683	38
NTN - B	15/08/2040	2.557	4.810	8.438	1.836	8.606	168
NTN - B	15/05/2045	1.178	1.698	3.798	17.340	3.928	130
NTN - B	15/05/2045	4.750	6.849	15.359	4.300	15.838	478
NTN - B	15/08/2050	250	470	820	935	848	28
NTN - B	15/08/2050	1.760	3.310	5.762	6.582	5.970	209
Total		51.981	104.841	166.531	185.103	171.864	5.333

(Valores em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIOS II							
ATIVO	VENCIMENTO	QUANT.	VALOR DE COMPRA	VALOR DO PAPEL NA CURVA	VALOR A MERCADO	VALOR A TAXA DO PASSIVO	VARIAÇÃO CURVA X TAXA DO PASSIVO
NTN - B	15/05/2055	2.173	5.462	7.026	8.129	7.289	263
NTN - B	15/05/2055	1.300	3.267	4.200	4.864	4.361	161
Total		3.473	8.729	11.226	12.993	11.650	424

13. FUNDOS

13.1. Fundo Previdencial

Conforme estabelecido no Art. 30 do Regulamento do Plano de Benefícios II, tendo observado os critérios da legislação vigente, a FAECES constitui o Fundo Previdencial utilizando os recursos relativos às contribuições dos patrocinadores, não resgatadas pelos participantes.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Reversão de saldo por exigência regulamentar	892	762

13.2. Fundo Administrativo

Registrado, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009. As fontes de custeio obedecem às determinações do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovada pelo Conselho Deliberativo da FAECES, apropriadas do resultado da soma das receitas e despesas previdenciais e constituído de acordo com os critérios estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Fundo Administrativo	2.925	2.461

13.3. Fundo de Investimentos

Registra os valores destinados ao Fundo Garantidor de Empréstimos conforme previsto no Regulamento do Empréstimo. É constituído pelo aporte mensal de 0,03% sobre o saldo devedor de empréstimo do participante e seu objetivo é a cobertura das possíveis perdas com inadimplência e morte, depois de esgotadas todas as formas de cobrança do saldo devedor, a saber: desconto no pecúlio, desconto na pensão por morte, cobrança judicial, etc.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Fundo garantidor de empréstimo	51	43

14. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, para o ano de 2018, o percentual de 8,5% sobre o montante dos Recursos Coletados Previdenciais e Despesas de Benefícios.

Este limite vem sendo observado rigorosamente pela Fundação.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Custeio adm. Praticado (1÷2)	7,70%	6,79%
1 - Despesa Adm. (previdencial + investimento)	3.469	3.095
2 - Receita Previdencial + Despesa Previdencial	45.039	45.571

15. CRITÉRIOS DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O rateio das despesas administrativas totais entre a gestão previdencial, gestão assistencial e o fluxo dos investimentos foram realizados conforme pré-determinado pela Fundação e devidamente aprovado em Reunião de Conselho Deliberativo, por meio do orçamento programa 2018/2017.

Os percentuais se dividem da seguinte forma:

GESTÃO	2018 (%)	2017 (%)
Previdencial	79	53
Assistencial	-	26
Fluxo dos investimentos	21	21

Em 2018, com a implantação do Viva+, novo plano de assistência à saúde administrado pela Fundação para seus participantes e assistidos, a parcela relativa as despesas administrativas assistenciais, foi lançada diretamente no plano de contas estabelecido pela ANS, tornando desnecessário a transferência de recursos entre Gestão Assistencial e o PGA.

16. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os resultados dos exercícios de 2018 e 2017 foram apurados pelo regime de competência e apresentam deficit contábil de R\$13.560 mil em 2018 e R\$ 14.485 mil em 2017.

A partir do exercício de 2015, a FAECES passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015 (Nota 12).

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização do superavit técnico ou para equacionamento de deficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de deficit e destinação/utilização de superavit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Para o deficit, o limite é dado pela fórmula “(duration – 4) x 1% x reserva matemática”. Para destinação ou utilização de superavit, o limite é dado pela fórmula “(10% + (duration x 1%)) x reserva matemática”.

A duração do passivo do plano de Benefício Definido da FAECES é de 10,05 em 2018 e 10,14 em 2017, com isso, a zona de equilíbrio para o deficit técnico é de respectivamente, 6,05% e 6,14%. A evolução do equilíbrio técnico ajustado acumulado, bem como o índice de solvência, nos últimos dois exercícios, estão demonstrados a seguir:

a) Cálculo do limite

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
1. Saldo das Provisões Matemáticas (Conta 2.3.1.1.00.00.00.00)	329.956	308.557
2. Calculo do limite do Déficit Técnico acumulado		
2.1 Duração do Passivo deduzido 04 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	6,05	6,14
2.2 Limite do Déficit Técnico que deve permanecer ((2.1 x 1%) x -1)	(19.962)	(18.945)

b) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
4. Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00.00)	(13.560)	(14.485)
5. Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	5.333	5.738
6. Equilíbrio Técnico Ajustado (4 + 5)	(8.227)	(8.747)
7. Índice de Solvência (6 / 1 x 100)	(2,49%)	(2,83%)

Conforme observado no demonstrativo, os exercícios de 2018 e 2017 foram encerrados com o equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 8.227 e R\$8.747, respectivamente, resultando em um índice de solvência de 2,49% e 2,83%, inferiores aos limites da zona de equilíbrio mínima, 6,05% e 6,14%, respectivamente.

Dessa forma, nos referidos exercícios não existe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de deficit técnico.

17. AJUSTES E ELIMINAÇÕES PARA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

Para consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados ajustes e eliminações nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”, de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Seguindo a mesma filosofia, e embora não estivessem elencadas na legislação citada anteriormente, incluímos ainda as contas de repasse de valores entre as gestões Previdencial e Administrativa conforme quadro a seguir:

(Valores em R\$ mil)						
ATIVO	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE BENEFÍCIOS II	ASSISTENCIAL	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
DISPONÍVEL	32	34	-	29	-	96
REALIZÁVEL	320.018	36.982	-	3.693	(2.925)	357.768
Gestão Previdencial	1.166	461	-	-	-	1.627
Recursos a Receber	1.165	461	-	-	-	1.626
Outros Realizáveis	1	-	-	-	-	1
Gestão Administrativa	2.720	205	-	1.473	(2.925)	1.473
Contas a Receber	-	-	-	646	-	646
Despesas Antecipadas	-	-	-	29	-	29
Participação no Fundo Administrativo	2.720	205	-	-	(2.925)	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	574	-	574
Outros Realizáveis	-	-	-	224	-	224
Investimentos	316.132	36.316	-	2.220	-	354.668
PERMANENTE	-	-	-	411	-	410
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	-	8.256	-	-	8.256
TOTAL DO ATIVO	320.050	37.016	8.256	4.133	(2.925)	366.530

(Valores em R\$ mil)

PASSIVO	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE BENEFÍCIOS II	ASSISTENCIAL	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
EXIGIVEL OPERACIONAL	890	83	-	684		1.657
Gestão Previdencial	884	81	-	-		965
Benefícios a Pagar	13	-	-	-	-	13
Retenções a Recolher	305	-	-	-	-	305
Outras Exigibilidades	566	81	-	-		647
Gestão Administrativa	-	-	-	681		681
Contas a Pagar	-	-	-	568	-	568
Retenções a Recolher	-	-	-	98	-	98
Tributos a Recolher	-	-	-	15	-	15
Outras Exigibilidades	-	-	-	-		-
Investimentos	6	2	-	3	-	11
EXIGIVEL CONTINGENCIAL	1	-	-	524	-	525
Gestão Previdencial	1	-	-	-	-	1
Gestão Administrativa	-	-	-	524	-	524
PATRIMÔNIO SOCIAL	319.159	36.933	-	2.925	(2.925)	356.092
Patrimônio de Cobertura do Plano	316.396	35.828	-	-	-	352.224
Provisões Matemáticas	329.956	35.828	-	-	-	365.784
Equilíbrio Técnico	(13.560)	-	-	-	-	(13.560)
Fundos	2.763	1.105	-	2.925	(2.925)	3.868
Fundos Previdenciais	-	892	-	-	-	892
Fundo Administrativo	2.721	205	-	2.925	(2.925)	2.926
Fundos de Investimentos	42	8	-	-	-	50
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	-	8.256	-	-	8.256
TOTAL DO PASSIVO	320.050	37.016	8.256	4.133	(2.925)	366.530

Luiz Carlos Cotta
Diretor-Presidente
CPF: 450.306.347-20

Andre Barbosa Barreto Duarte
Diretor Adm. Financeiro
CPF: 085.176.837-73

Ana Cristina Munhós de Souza
Diretora de Seguridade
CPF: 215.638.706-06

Célio Ramos Lopes
Contador - CRC 8016/O-7 ES
CPF: 787.168.886-34



16. PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO DA FAECES REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018

I. DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Com base nos resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, realizada na data base de 31/12/2018, concluímos que o Patrimônio de Cobertura do Plano, dimensionado em R\$ 316.396.144,24, era insuficiente para honrar os compromissos assumidos com seus participantes e assistidos, representados pelas Provisões Matemáticas que atingiram o valor de R\$ 329.955.682,37.

Desta forma, fica evidenciado que o supracitado Plano encontrava-se atuarialmente desequilibrado naquela data, sendo registrado um Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 13.559.538,13, equivalente a 4,11% das referidas Provisões Matemáticas.

II. DA REDUÇÃO DO DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

Pautando-se nos estudos realizados na data base de 31/12/2018, verificamos que a redução do Déficit Técnico Acumulado de R\$ 14.485.295,66, apurado em 31/12/2017, para R\$ 13.559.538,13, registrado em 31/12/2018, foi causada pelos seguintes fatores:

	(Valores em R\$)
1) Déficit Técnico Acumulado no exercício anterior	(14.485.295,66)
2) Atualização do Déficit Técnico Acumulado no exercício anterior, com base na meta atuarial	(1.363.066,32)
3) Acréscimo na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder decorrente de reajuste salarial superior ao índice de reajuste do teto de contribuição da Previdência	(5.086.991,71)
4) Perdas atuariais de causas diversas	(1.090.441,61)
5) Ganho decorrente dos rendimentos líquidos auferidos pelos investimentos do Plano terem ficado acima da meta atuarial	8.466.257,17
6) Déficit Técnico Acumulado no exercício atual (1) + (2) + (3) + (4) + (5)	(13.559.538,13)

III. DO EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO NOS EXERCÍCIOS DE 2018

III.1 DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO EM 31/12/2018

Quanto ao Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2018 de R\$ 13.559.538,13, insta salientar que seu valor encontra-se abaixo do Limite de Déficit Técnico Acumulado, estabelecido pela Resolução

CNPC nº 22, de 25/11/2015. Por essa razão, não há necessidade de elaboração do plano de equacionamento de déficit.

IV. DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os custos do Plano de Benefício Definido da FAECES, avaliados com base nos dados cadastrais dos participantes, nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, apresentaram os seguintes resultados:

Tipo de Benefício	Custo em % da folha total do salário de participação
Aposentadoria por Tempo de Contribuição e por Idade (a)	5,22%
Aposentadoria por Invalidez (b)	2,38%
Pensão (c)	3,24%
Pecúlio (d)	0,22%
Taxa de Carregamento (e)	9,21%
Custo Normal (f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)	20,27%
Custo Suplementar (g)	20,00%
Custo Total (h) = (f) + (g)	40,27%

V. DO PLANO DE CUSTEIO

Com base no resultado da avaliação atuarial realizada no encerramento do exercício de 2018, concluímos que as taxas de contribuição necessárias a custear o Plano de Benefício Definido administrado pela Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES são as determinadas a seguir:

V.1. CONTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES:

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior, a saber:

Idade na Data de Inscrição no Plano	Taxa aplicada sobre o salário de Participação	Taxa aplicada sobre o excesso do Salário de Participação em relação ao Teto do INSS	Taxa aplicada sobre o excesso do Salário de Participação em relação a 3x o Teto do INSS
14	2,48%	8,94%	2,37%
15	2,52%	9,14%	2,42%
16	2,57%	9,34%	2,46%
17	2,63%	9,53%	2,52%
18	2,68%	9,72%	2,56%
19	2,74%	9,92%	2,62%
20	2,78%	10,11%	2,66%
21	2,84%	10,31%	2,72%
22	2,89%	10,51%	2,76%
23	2,95%	10,69%	2,82%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

24	2,99%	10,89%	2,87%
25	3,05%	11,09%	2,92%
26	3,10%	11,28%	2,97%
27	3,16%	11,47%	3,01%
28	3,20%	11,67%	3,07%
29	3,26%	11,86%	3,11%
30	3,31%	12,06%	3,17%
31	3,37%	12,25%	3,21%
32	3,41%	12,44%	3,27%
33	3,47%	12,64%	3,31%
34	3,52%	12,84%	3,37%
35	3,58%	13,02%	3,41%
36	3,63%	13,22%	3,47%
37	3,67%	13,42%	3,51%
38	3,73%	13,61%	3,56%
39	3,78%	13,81%	3,61%
40 ou mais anos de idade	3,84%	14,00%	3,66%

V.2. CONTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS:

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior, a saber:

Suplementação inferior ou igual ao teto da Previdência Social	Suplementação superior ao teto da Previdência Social e inferior a 3x teto da Previdência Social	Suplementação superior a 3x teto da Previdência Social
4,90%	8,60%	12,30%

V3. CONTRIBUIÇÃO DE PATROCINADORES:

V3.1 Contribuição Normal e Contribuição de Serviço Passado de Patrocinador

- **29,22%** (vinte e nove vírgula vinte e dois por cento) da folha total do salário de participação, sendo **9,22%** referentes ao Custo Normal e **20,00%** ao Custo Amortizante (Serviço Passado), previsto a vigorar pelo prazo de dois anos, contados a partir de 31/12/2018. A referida taxa de **20,00%** foi estimada com base no valor esperado da amortização anual das Provisões Matemáticas a Constituir, admitindo-se o supracitado prazo de amortização e o Sistema de Amortização Constante como forma de amortização das referidas provisões, conforme previsto no Termo Aditivo 03 do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan - FAECES e a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em 14/12/2015.

VI. DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

É importante registrar que o Patrimônio de Cobertura do Plano, considerado no presente estudo, foi apurado com base nos registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2018, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R\$
1	Ativo	320.050.369,95
2.1	Exigível Operacional	(890.478,82)
2.2	Exigível Contingencial	(1.000,00)
2.3.2	Fundos	(2.762.746,89)
Patrimônio de Cobertura do Plano		316.396.144,24

VII. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefício Definido da FAECES, dimensionadas com base nos dados cadastrais de participantes e assistidos, bem como nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, registraram na data de 31/12/2018 os seguintes valores:

Conta	Título	Valores em R\$
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	316.396.144,24
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	329.955.682,37
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	269.673.108,72
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	71.685.736,39
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(11.403.162,74)
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	(11.403.162,74)
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores	(11.403.162,74)
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	(13.559.538,13)

VIII. DA RENTABILIDADE OBTIDA

Com base na evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano e nos fluxos mensais de receitas e despesas do Plano de Benefício Definido da FAECES, verifica-se que a rentabilidade nominal líquida obtida, no decorrer do exercício de 2018, foi de 12,36%, admitindo-se como forma de avaliação o método da Taxa Interna de Retorno. O resultado atingido corresponde à variação do INPC durante

o ano de 2018, aplicado com um mês de defasagem, acrescida de juros reais equivalentes a 8,50% ao ano, índice superior à meta atuarial de 5,65% admitida no encerramento do exercício de 2017.

IX. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais, necessário se faz ressaltar que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, exceto a taxa de crescimento real de salário, que foi substituída pela taxa de 1,00%, conforme demonstrado a seguir:

Hipótese Biométrica e Demográfica	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Forte	IAPB-57 Forte
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Hipótese Sobre Rotatividade	0%	0%
Hipótese Sobre Gerações Futuras de Novos Entrados	Não considerada	Não considerada
Hipóteses S/ Composição Família de Pensionistas	Experiência na FAECES	Experiência na FAECES

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2018	2017
Taxa real de juros	5,65%	5,65%
Projeção de crescimento real de salário	1,00%	1,50%
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS	98%	98%

X. DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

XI. DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido da FAECES, atestamos que, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias, foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano.

XII. DAS ESTATÍSTICAS

XII.1 Participantes

Com base nas informações cadastrais dos participantes, verifica-se o seguinte:

Sexo	Quantidade		Idade Média		Tempo de Contribuição à Previdência Social Médio		Tempo de Serviço na Empresa Médio	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Masculino	301	323	58	57	37	36	34	33
Feminino	72	85	54	54	33	33	29	29
Total	373	408						
Média			57	56	36	35	33	32

Sexo	Salário de Participação Médio (em R\$)		Crescimento anual
	2018	2017	
Masculino	7.219,45	6.743,47	7,06%
Feminino	7.927,69	7.673,97	3,31%
Média	7.356,16	6.937,32	6,04%

XII.2 Assistidos

Com base nas informações cadastrais dos assistidos, observa-se o seguinte:

Tipo de Benefício	Quantidade		Idade Média	
	2018	2017	2018	2017
Aposentadoria por Tempo de Serviço	615	599	68	67
Aposentadoria por idade	24	23	79	78
Aposentadoria Especial	47	49	73	72
Aposentadoria por Invalidez	67	68	65	64
Pensão	214	195	72	71
Total	967	934		
Média			69	69

Tipo de Benefício	Valor Médio do Benefício (Em R\$)	
	2018	2017
Aposentadoria por Tempo de Serviço	2.722,13	2.668,36
Aposentadoria por idade	1.038,69	1.048,87
Aposentadoria Especial	503,39	498,08
Aposentadoria por Invalidez	558,89	488,53
Pensão	792,70	768,62
Média	1.995,64	1.825,84

Vitória, 12 de fevereiro de 2019.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

17. PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II DA FAECES REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018

I. DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Com base nos resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios II administrado pela Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, realizada na data base de 31/12/2018, concluímos que o Patrimônio de Cobertura do Plano, dimensionado em R\$ 35.828.060,81, era suficiente para honrar os compromissos assumidos com seus participantes e assistidos, encontrando-se o supracitado Plano atuarialmente equilibrado naquela data.

II. DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os custos do Plano de Benefícios II da FAECES, avaliados com base nos dados cadastrais dos participantes, nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, apresentaram os seguintes resultados:

Tipo de Benefício	Custo em % da folha total do salário de participação
Aposentadoria Normal e Antecipada (a)	12,48%
Aposentadoria por Invalidez (b)	0,29%
Pensão (c)	0,26%
Pecúlio (d)	0,07%
Taxa de Carregamento (e)	1,10%
Custo Normal (f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)	14,20%

III. DO PLANO DE CUSTEIO

Com base no resultado da avaliação atuarial realizada no encerramento do exercício de 2018, concluímos que as taxas de contribuição necessárias a custear o Plano de Benefícios II da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES são as determinadas a seguir:

III.1 Contribuição de Participantes

A contribuição estimada de participantes do Plano de Benefícios II, com vigência a partir de março de 2019, corresponde a 7,24% do Salário de Participação, sendo 6,38% destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,31% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente às despesas administrativas.

III.2 Contribuição de Patrocinadores

A contribuição estimada de Patrocinadores, relativa ao Plano de Benefícios II, com vigência a partir de março de 2019, corresponde a 6,96% do Total da Folha de Salários de Participação, sendo

6,10% destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,31% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente às despesas administrativas.

III.3 Contribuição de Assistidos destinada a custear as despesas administrativas

- 0,01% aplicado sobre o valor do Benefício.

IV. DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Quanto ao Patrimônio de Cobertura do Plano no valor de R\$ 35.828.060,81, é importante registrar que foi apurado de acordo com os registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2018, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R\$
1	Ativo	37.016.116,62
2.1	Exigível Operacional	(82.534,00)
2.2	Exigível Contingencial	0,00
2.3.2	Fundos	(1.105.521,81)
Patrimônio de Cobertura do Plano		35.828.060,81

V. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios II da FAECES, dimensionadas com base nos dados cadastrais de participantes e assistidos, bem como nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, registraram na data de 31/12/2018 os seguintes valores:

	Valores em R\$
1. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	50.477,09
2. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	35.777.583,72
2.1 Benefício Programado – parcela Patrocinador	16.684.063,00
2.2 Benefício Programado – parcela Participante	17.873.515,71
2.3 Benefício Não Programado – parcela Patrocinador	610.002,50
2.4 Benefício Não Programado – parcela Participante	610.002,51
TOTAL	35.828.060,81

VI. DA RENTABILIDADE OBTIDA

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios II da FAECES, ao longo do exercício de 2018, foi de 10,39%, admitindo-se como parâmetros de

avaliação os valores das cotas de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente, 3,145389 e 3,472055. O resultado alcançado corresponde à variação do INPC durante o ano de 2018, aplicado com um mês de defasagem, acrescida de juros reais equivalentes a 6,60% ao ano, percentual acima da meta atuarial de 5,65% ao ano, admitida no encerramento do exercício de 2017.

VII. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais, necessário se faz ressaltar que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, exceto a taxa de crescimento real de salário, que foi substituída pela taxa de 1,00%, conforme demonstrado a seguir:

Hipótese Biométrica e Demográfica	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Forte	IAPB-57 Forte
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Hipótese Sobre Rotatividade	0%	0%
Hipótese Sobre Gerações Futuras de Novos Entrados	Não considerada	Não considerada
Hipóteses S/ Composição Família de Pensionistas	Experiência na FAECES	Experiência na FAECES

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2018	2017
Taxa real de juros	5,65%	5,65%
Projeção de crescimento real de salário	1,00%	1,50%
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS	98%	98%

VIII. DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

IX. DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes e assistidos do Plano de Benefício II da FAECES, atestamos que, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias, foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano.

X. DAS ESTATÍSTICAS

X.1 Participantes

Com base nas informações cadastrais dos participantes, verifica-se o seguinte:

Sexo	Quantidade		Idade Média		Tempo de Contribuição à Previdência Social Médio		Tempo de Serviço na Empresa Médio	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Masculino	412	390	40	39	9	9	8	8
Feminino	255	238	37	37	9	8	8	7
Total	667	628						
Média			39	38	9	9	8	8

Sexo	Salário de Participação Médio (em R\$)		Crescimento anual
	2018	2017	
Masculino	4.758,10	4.630,70	2,75%
Feminino	5.265,85	5.098,95	3,27%
Média	4.952,22	4.808,16	3,00%

X.2 Assistidos

Com base nas informações cadastrais dos assistidos, verifica-se o seguinte:

Tipo de Benefício (Em R\$)	Quantidade	Idade Média	Valor Médio do Benefício
Aposentadoria por Invalidez	1	62	324,83

Vitória, 12 de fevereiro de 2019.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

18. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES
Vitória, ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES** (“Entidade”), referentes aos planos de benefícios previdenciários, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Plano de Saúde FAECES

Conforme comentado na nota explicativa 7, a FAECES administra os planos de saúde, denominado FAECES/ PLASS e VIVA+, registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na modalidade de autogestão, fazendo parte do conjunto de entidades fechadas de previdência complementar que, nos termos do artigo 76 da Lei Complementar nº 109/2001, foram autorizadas a continuar oferecendo aos seus participantes benefícios de assistência à saúde.

Os atos e fatos administrativos da gestão assistencial estão apresentados numa única rubrica totalizadora, demonstrada ao final de cada grupo contábil patrimonial e de resultados.

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018, relacionadas ao plano de assistência à saúde estão apresentadas separadamente, em atendimento às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

b) Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

As Resoluções CNPC nºs 15 e 16, de 19.11.2014, estabeleceram novas regras a partir do balanço do exercício 2015, relativos às condições e procedimentos relacionados à solvência dos planos de benefícios, assim resumidos:

(i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;

(ii) - estabelecido o conceito de *"duração do passivo"*, que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;

(iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superavit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do *"Ajuste de Precificação"* dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à *"duração do passivo"*, ao *"ajuste de precificação de títulos públicos"* e ao *"equilíbrio técnico ajustado"* não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, consoante as normas e procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar naquele exercício, que emitiram relatório datado de 06 de março de 2018, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 08 de março de 2019.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – ES

Paulo de Tarso M. Malta Jr
Contador – CRC-PE – 0018346/O – “S” – ES

19. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES**, após análise das peças que compõem as Demonstrações Contábeis referentes ao EXERCÍCIO de 2018 instruídos pelos pareceres atuarial e de auditoria externa, além da aprovação pela Diretoria Executiva, verificou a exatidão das referidas peças, decidindo por unanimidade recomendar ao Conselho Deliberativo sua aprovação.

Vitória-ES, 26 de março de 2019.

Reginaldo José de Castro
Presidente

Elza de Abreu Costa
Membro

Fábio Ferreira da Costa
Membro

Millena Plaster Benevides Freitas
Membro

20. PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES**, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13/04/2018, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2018.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da FAECES, e considerando ainda o Parecer do Atuário Externo, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2018.

Vitória-ES, 27 de março de 2019.

Mateus Rodrigues Casotti
Presidente

Adivalti Antônio Nunes Loureiro
Membro

Romeu Souza Nascimento Junior
Membro

Bianca Lemos De Sousa Lima
Membro

EXPEDIENTE

Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed Palas Center - Bl.A
Salas 1302 a 1313 - Centro - Vitória - ES / CEP: 29010-930
Telefone: (27) 2122-3900
E-mail: faleconosco@faeces.com.br
Site: www.faeces.com.br

Registro da operadora dos Planos de Saúde, FAECES na ANS: **32.966-5**

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Carlos Cotta (Diretor-Presidente)
Ana Cristina Munhós de Souza (Diretora de Segurança)
Andre Barbosa Barreto Duarte (Diretor Administrativo e Financeiro)

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos:

Mateus Rodrigues Casotti (Presidente) | Romeu Souza Nascimento
Adivalti Antonio Nunes Loureiro | Bianca Lemos de Sousa Lima

Suplentes:

Stênio Santos Sales | Karla Ponzio Vaccari
Sebastião Fortes Coelho | Átila Travaglia Pasini

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Reginaldo José de Castro (Presidente) | Millena Plaster Benevides Freitas
Elza de Abreu Costa | Helio de Sousa

Suplentes:

Vago | Leandro Rezende de Abreu
Leonardo de Souza Mariano | Fabio Ferreira da Costa

Este Relatório foi editado sob responsabilidade da Diretoria da FAECES.

Produção:

Plus Interativa
www.plusinterativa.com

Jornalista Responsável:

Carlos Lisboa Jr. / Plus (MTB 33650/RJ)